

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS

ANDIRÁ-MARAU
IGARAPÉ LOURDES
MAMOADATE
GALIBI
JUMINÃ
TRINCHEIRA BACAJÁ
UAÇÁ
WAJÃPI

NÚCLEOS REGIONAIS AMAZÔNIA
CENTRAL/OCCIDENTAL E ORIENTAL



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGT - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N964

Núcleos Regionais Amazônia Central/Ocidental e Oriental /
Alexandre Goulart... [et al.]. – Brasília (DF): IEB, 2016. – (A
Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
141 p. : 20,4 x 27,4 cm

ISBN 978-85-60443-41-3

1. Gestão territorial e ambiental. 2. Povos indígenas - Brasil.
I. Goulart, Alexandre. II. Barnes, Eduardo Vieira. III. Flores, Lucio
Paiva. IV. Villarinho, Marina. V. Maciel, Ney. VI. Mazurek, Roselis.
VII. Título. VIII. Série

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

AUTORIA

Alexandre Goulart - GATI

Eduardo Vieira Barnes - TNC

Lucio Paiva Flores - GATI

Marina Villarinho - TNC

Ney Maciel - GATI

Rosélis Remor de Souza Mazurek - GATI

REVISÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Ana Blaser - Iepé

Andreza Andrade

Lúcia Szmrecsányi - Iepé

MAPAS

Romero Gomes - GATI

FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORIAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

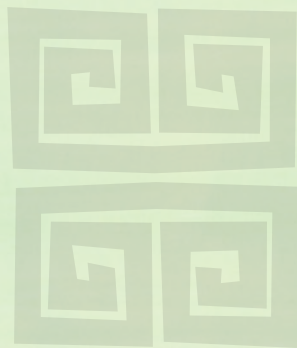
O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

foto-base da pagina anterior:
TI Uaçá, no Oiapoque-AP (2009)
©Mário Vívella/Funai

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
NÚCLEOS REGIONAIS	
AMAZÔNIA CENTRAL/OCIDENTAL E ORIENTAL	14
TI ANDIRÁ-MARAU	28
TI IGARAPÉ LOURDES	44
TI MAMOADATE	56
TI GALIBI, JUMINÃ E UAÇÁ	72
TI TRINCHEIRA BACAJÁ	108
TI WAJÃPI	126

APRESENTAÇÃO



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) é fruto da reivindicação do movimento indígena para que as políticas públicas reconhecessem o importante papel das Terras Indígenas (TIs) na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira. O Projeto foi implementado entre os anos de 2010 e 2016 em 32 Terras Indígenas distribuídas em todo o território nacional. Foram realizadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas em temáticas que variaram desde a recuperação de áreas degradadas, segurança alimentar, agroecologia, formação para gestão territorial indígena, governança e participação indígena e construção de instrumentos participativos de planejamento do uso dos recursos naturais das Terras Indígenas.

As temáticas ambientais e o movimento indígena iniciam uma aproximação na ECO 92, importante reunião que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir o futuro do meio ambiente em todo o mundo. Vários representantes indígenas participaram desse encontro e começaram a acompanhar e participar das discussões sobre meio ambiente e biodiversidade. Em 2002, dez anos depois da ECO92, o governo brasileiro elaborou a Política Nacional da Biodiversidade-PNB. Os povos indígenas brasileiros participaram ativamente da elaboração dessa política por meio de seus movimentos e associações. Foi um marco importante para os povos indígenas que a partir daí incorporaram a agenda ambiental em suas pautas e lutas. Nesse momento o movimento indígena brasileiro começa a participar de forma mais ativa na elaboração e no acompanhamento das políticas ambientais brasileiras. Também em 2002, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), junto com representantes indígenas, elaboram o Plano de Ação de Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas.

Plenária do evento de consulta do Projeto GATI, realizado em Itamaracá - PE (2008) >

Em 2004, em outro importante encontro, a 7ª Conferência das Partes (COP/CDB)¹, o Brasil se comprometeu a implementar um programa de trabalho sobre áreas protegidas. Esse programa teve entre seus objetivos reconhecer o papel das comunidades indígenas na conservação da natureza e também a necessidade de apoio financeiro para as práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais desenvolvidos pelos povos indígenas. Após esse acordo o MMA elaborou o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) que envolve também as Terras Indígenas.

Nesse período, o movimento indígena demanda do governo um projeto mais abrangente para as Terras Indígenas brasileiras. A reivindicação era que se elaborasse um projeto que atendesse aos desejos dos povos indígenas e aos compromissos assumidos pelo governo em suas políticas ambientais. Em 2003 e 2004 diversas lideranças indígenas articularam com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o apoio para elaborar um projeto de proteção e apoio a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas. Em 2005 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no Ministério do Meio Ambiente, formado por indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo do grupo de trabalho foi elaborar uma proposta de projeto para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o Global Environment Facility (GEF). Naquela época, o Brasil já contava com financiamento do GEF para projetos em vários biomas, mas nada específico para Terras Indígenas.

Em 2008, com as principais ideias e a estrutura de um projeto formulados, foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas. Foi nessas consultas, que tiveram participação ativa dos indígenas das regiões, que se chegou à proposta final do projeto. Essa proposta foi encaminhada ao GEF em maio de 2009 e foi aprovada em agosto do mesmo ano. As consultas regionais também definiram as “Áreas de Referência”, que são Terras Indígenas distribuídas nos cinco biomas florestais brasileiros e onde o projeto focaria suas ações.

¹ As Conferências das Partes, mais conhecidas como COPs/CDB, atualmente acontecem a cada dois anos em diferentes países, para discutir os encaminhamentos, pesquisas e discussões que acontecem em todo o mundo sobre as questões ambientais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. Foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. Mais de 160 países já assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993.





Projeto GEF Indígena
Oficina de Consulta
23 de Setembro de 2008
M. V. C.

Handwritten notes on a whiteboard, including the words 'Projeto GEF Indígena' and 'Oficina de Consulta'.

BAD BOY

CONSELHO DO GEF
MONTESSE E LESTE



No final dos trabalhos do GT, foi acordado um projeto com o objetivo geral de:

promover a contribuição das TIs como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortalecendo as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, e promovendo também o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs, fomentando assim a proteção e a segurança dos meios de vida desses povos.

O Projeto foi desenhado para atuar em nível nacional, regional e local, por meio de três linhas gerais, ou resultados, que são:

- *Resultado 1: Mecanismos e ferramentas que permitem reconhecer e fortalecer a contribuição das TIs do Brasil para a conservação de recursos naturais, biodiversidade florestal e seus serviços ambientais desenvolvidos.*
- *Resultado 2: Uma rede de TIs servindo de modelo de práticas de etnogestão ambiental destinada à conservação ambiental em diferentes biomas florestais está funcionando e sendo administrada de forma efetiva pelos povos e organizações indígenas.*
- *Resultado 3: Modelos de gestão florestal sustentáveis e replicáveis, baseados em princípios de etnogestão, estão implementados como pilotos em Áreas de Referência de diferentes biomas florestais.*

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO GATI

Iniciando suas ações em 2010, o Projeto foi executado pela Funai em parceria com organizações indígenas regionais, Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e GEF.

AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Uma das marcas do Projeto GATI foi a participação indígena. Desde o início de sua elaboração, até a sua implementação, a participação indígena foi incentivada e apoiada. As visões dos povos indígenas sobre a gestão de suas terras, em todos os aspectos, desde a questão social à questão econômica, foram discutidas amplamente pelos participantes indígenas do Projeto.

O processo de implementação do Projeto GATI abrangeu vários momentos de consulta e debate com representantes das organizações indígenas e das Áreas de Referência, desde o Seminário Nacional (em Dezembro de 2010), os Seminários Regionais, realizados no primeiro semestre de 2011 e, posteriormente, as reuniões de esclarecimento nas TIs.

Dentro de sua estrutura, o Projeto contou com várias instâncias de participação indígena na tomada de decisões e monitoramento, começando por seu Comitê Diretor, com composição paritária, sendo dividido igualmente entre representantes das organizações indígenas que participaram da elaboração do Projeto GATI e de governo (Funai, MMA e ICMBio).

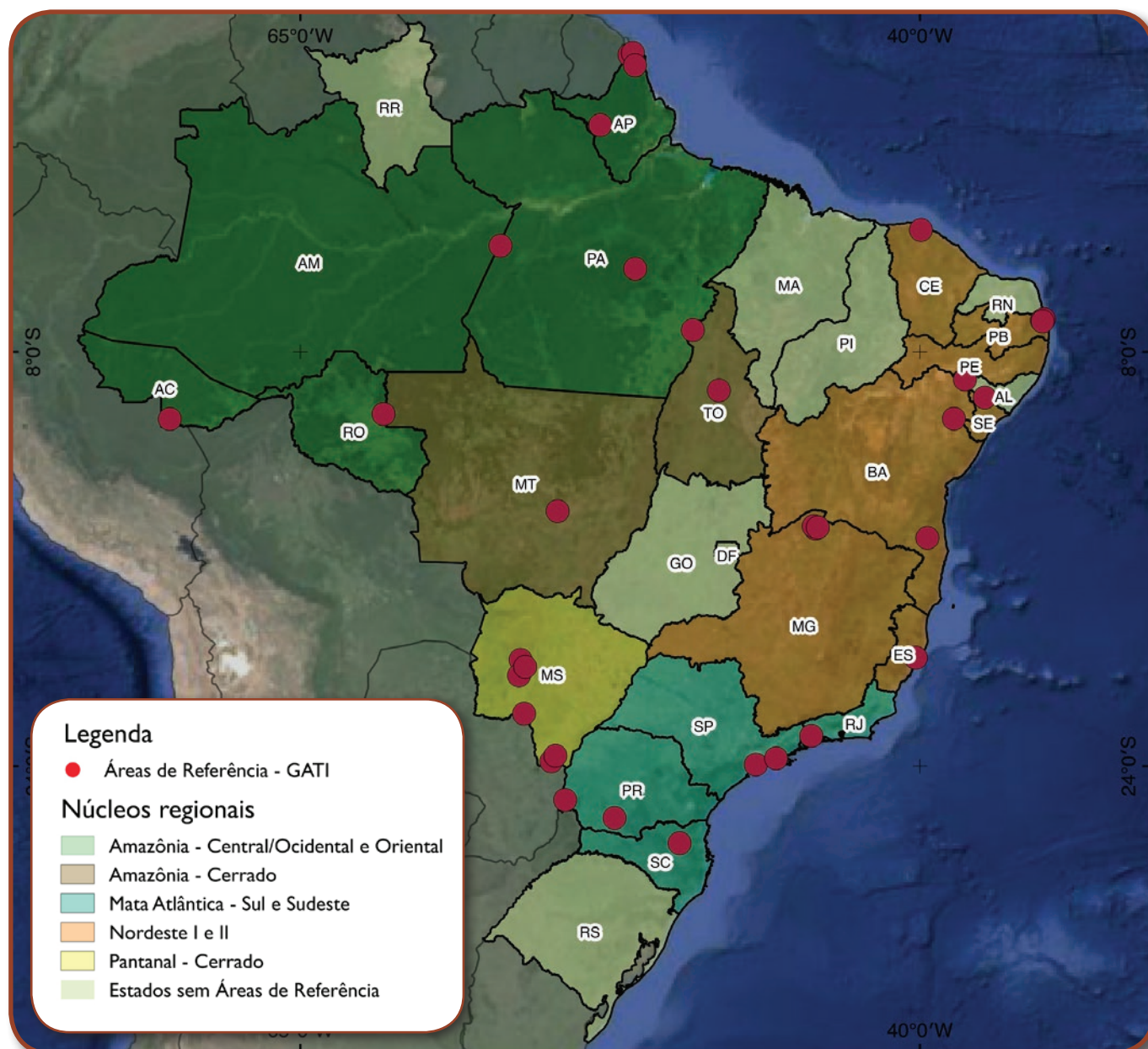
Em nível regional, o Projeto criou Conselhos Regionais, também paritários, que juntaram representantes das Áreas de Referência, Funai e ICMBio local e regional, e instituições parceiras. Para facilitar a implementação do Projeto, as Áreas de Referência foram organizadas em oito Núcleos Regionais:

AMAZÔNIA CENTRAL/OCCIDENTAL
AMAZÔNIA/CERRADO
AMAZÔNIA ORIENTAL
MATA ATLÂNTICA SUDESTE
MATA ATLÂNTICA SUL
NORDESTE 1
NORDESTE 2
PANTANAL/CERRADO



SOBRE A COLEÇÃO "A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS"

Núcleos Regionais
do Projeto GATI



A coleção “A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas” reúne informações sobre as experiências de gestão territorial e ambiental indígena apoiadas pelo Projeto GATI nas 32 TIs ao longo dos seus 5 anos de implementação. Essas publicações buscam mostrar um pouco da riqueza e diversidade de jeitos de fazer gestão territorial e ambiental indígenas em temáticas variadas, como manejo de recursos naturais, atividades econômicas sustentáveis, proteção territorial, segurança alimentar, educação ambiental e muito mais.

Os saberes e conhecimentos indígenas são a base da gestão territorial indígena e são componentes essenciais para a contribuição das TIs à conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros. A Coleção também busca dialogar com os enormes desafios que envolvem a gestão das TIs na atualidade e indica ações que são necessárias reforçar e ou apoiar para que a gestão territorial indígena promovida pelos povos indígenas envolvidos no Projeto GATI se desenvolva.

Cada capítulo do livro traz a experiência de uma Terra Indígena, contando um pouco da história daquele território, do seu povo e principalmente das ações que o Projeto GATI apoiou. Por fim, apresentamos os indicativos de gestão ou os próximos passos, que são as ações que ainda precisam ser desenvolvidas para consolidar a gestão territorial e ambiental dessas Terras Indígenas.

Esta Coleção foi elaborada a partir das informações contidas nos relatórios produzidos pelos vários consultores contratados pelo Projeto GATI para trabalhar nas TIs e que compõem o acervo do Projeto GATI. Foram também usadas informações de pesquisadores que já trabalharam junto a esses povos, depoimentos de indígenas que estiveram envolvidos na implementação do Projeto, os projetos elaborados pelas associações indígenas e os documentos base do Projeto GATI. É um resumo de tudo o que foi realizado nas Áreas de Referência pelo Projeto, em parceria com os povos indígenas, ao longo desses anos.

Esta Coleção de publicações complementa a outra série temática sobre o Projeto GATI. Formação, Participação Indígena, Gestão, Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental e Agroecologia são os temas tratados na série **“Projeto GATI - 2010-2016: balanço de uma experiência em escala nacional de apoio à gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas”**.

Esperamos que a Coleção ajude a divulgar as ações de gestão territorial e ambiental que já são praticadas pelos povos indígenas há muito tempo, mas que precisam de apoios e parcerias, como promovido pelo Projeto GATI, para que continuem e cresçam.

Esses materiais foram elaborados para que as comunidades indígenas possam conhecer e conversar sobre essas informações, planejarem futuras ações, para que professores e professoras utilizem nas escolas, para que as lideranças e as comunidades em geral possam reivindicar seus direitos e buscar subsídios para darem continuidade a suas ações de gestão territorial indígena.





Turé dos Karipuna

NÚCLEOS REGIONAIS

AMAZÔNIA
CENTRAL/OCIDENTAL
E ORIENTAL



INTRODUÇÃO

O Bioma Amazônico é o conjunto de ecossistemas florestais existentes na Bacia Amazônica. Já a Bacia Hidrográfica Amazônica é composta por todos os afluentes e rios formadores do Rio Amazonas. Ela se estende por sete países e corresponde a quase 40% da América do Sul. Possui uma área de 6,6 milhões de quilômetros quadrados, sendo o maior compartimento de água doce superficial do planeta. Nela estão cerca de 15% do total disponível desse recurso imprescindível para a manutenção da vida na Terra.

No Brasil, a Amazônia Legal abrange uma área imensa, que abarca dois terços do País. Esse território inclui os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e grande parte do Maranhão. A Amazônia é muito importante para a estabilidade do clima e assegura a regulação do regime de chuvas em lugares como a Argentina, Paraguai e o centro-sul do Brasil, o que atrai olhares internacionais em tempos de mudanças climáticas.

A Amazônia abriga ainda uma enorme diversidade de povos e culturas. Nela vivem 33 milhões de habitantes, sendo que, deste total, 1,6 milhão são indígenas de 370 povos diferentes. Esses grupos detêm, usam e protegem uma ampla variedade de recursos naturais e uma infinidade de conhecimentos tradicionais associados ao manejo da floresta.

Mulheres Wajãpi coletam
frutos na floresta (2009)





A ampla habitação da Amazônia não é um fator contemporâneo. A Amazônia jamais foi um vazio humano antes da invasão européia; ao contrário, o espaçamento demográfico foi alcançado após a invasão, em resultado das epidemias, de massacres, do estabelecimento das missões e feitorias. Antes do “descobrimento”, as populações indígenas haviam encontrado, ao longo de milênios de co-adaptação com o ecossistema amazônico, práticas sustentáveis que garantiam uma vida de qualidade, com recursos em abundância.

Uma enorme parte da floresta amazônica sempre foi povoada. Nos dias de hoje se sabe que a maioria das espécies úteis da Amazônia se espalhou em função das técnicas indígenas de aproveitamento do território e de seus recursos: a castanha, o açaí, a pupunha, o cacau, o babaçu, o guaraná foram manejados pelos índios, que contribuíram com a reprodução e desenvolvimento das espécies. Outro exemplo dos bons resultados que o manejo indígena trouxe para a floresta é a formação de solos produtivos, chamados de terra preta, que contrastam com outros solos da Amazônia. Esses solos são ótimos para diversos cultivos. Pode-se dizer que a própria existência da floresta se dá pelo jeito que os povos indígenas vivem e cuidam desse território há tempos.

A Amazônia se diferencia especialmente por sua extensão territorial e estrutura viária. A maior parte dos trajetos para se chegar às Terras Indígenas é feito através dos rios. O clima amazônico com seus períodos de enchentes e vazantes trazem um desafio a parte. Na cheia, os rios ficam mais propícios à navegação e as poucas estradas ficam intransitáveis. Na seca, as estradas ficam transitáveis e os rios oferecem grandes dificuldades à navegabilidade.

AMEAÇAS À AMAZÔNIA NA ATUALIDADE

Apesar de sua reconhecida importância, a Amazônia vem sofrendo um violento processo de agressão há décadas. Além dos animais e das plantas, as populações humanas amazônicas são também grandes vítimas dessas ameaças. No caso do Brasil, avançou-se muito nos últimos anos no que se refere a criação de Unidades de Conservação e a demarcação de Terras Indígenas. Porém, a situação social, política, demográfica e econômica dos povos indígenas e tradicionais amazônicos continua sendo crítica, devido ao aumento das pressões externas que sofrem. As atividades de mineração e as atividades madeireiras ilegais tem causado enormes impactos negativos sociais e ambientais sobre esses povos. Esse processo foi facilitado pela abertura das estradas na região amazônica. O reaparecimento recente de uma fronteira energética, centrada na construção de grandes hidrelétricas, tem impactado os maiores rios da região, como o Tocantins, o Madeira e o Xingu.

Em uma nova dinâmica de ocupação da Amazônia, após as frentes de expansão centradas na exploração de recursos florestais, como foi o caso da borracha, a posse da terra é o fator central do sistema econômico. Mais recentemente, a conversão da floresta em pastagens para viabilizar a pecuária extensiva, a expansão das lavouras de grão, a exploração madeireira, a mineração (garimpo) e as grandes obras de infraestrutura, têm sido os vetores da ocupação da região.

As Terras Indígenas e unidades de conservação freiam como podem esse avanço da degradação ambiental na Amazônia. Quando estão interligadas na forma de corredores e mosaicos, constituem verdadeiras barreiras contra o avanço do desmatamento. Hoje, 2,1 milhões de quilômetros quadrados ou pouco mais de 43% da Amazônia Legal são ocupados por áreas protegidas. As unidades de conservação (UCs) federais e estaduais correspondem a 22% do território amazônico e as Terras Indígenas (TIs) a 21%. No entanto, muitas Terras Indígenas não são contínuas e acabam se tornando ilhas verdes, extremamente vulneráveis ao desmatamento do entorno.

Por um lado, os povos indígenas preocupam-se com pressões externas como a degradação ambiental no entorno posta acima; por outro lado, preocupam-se com as pressões internas causadas pelo crescimento populacional e o aumento das necessidades de bens e serviços. Como as Terras Indígenas são áreas formalmente definidas e limitadas, as dificuldades colocadas pós demarcação são preocupações corriqueiras nos dias de hoje. O desafio para esses povos é lidar com a dupla exigência de elaborar políticas e práticas que promovam seu bem-estar econômico e social e ao mesmo tempo cuidar dos seus territórios.

A seguir contaremos como o Projeto GATI apoiou nos últimos anos esforços de povos que estão criando maneiras de cuidar e gerir seus territórios em 8 Terras Indígenas localizadas na região amazônica, considerando os desafios e ameaças presentes.

NÚCLEOS REGIONAIS AMAZÔNIA CENTRAL/OCCIDENTAL E ORIENTAL

Em 2008 foram realizadas cinco consultas regionais aos povos indígenas, com o objetivo de embasar a elaboração da proposta para o GEF e indicar Terras Indígenas que fariam parte das 32 contempladas pelo Projeto GATI. Tais consultas contaram com a participação ativa do movimento indígena regional para sua realização. Em grande parte das TIs indicadas para a região Amazônica, os povos indígenas já haviam iniciado processos de discussão e planejamento da gestão territorial e ambiental e em algumas dessas terras já tinha sido realizado planos, com diretrizes para ajudar a gestão de seus territórios.

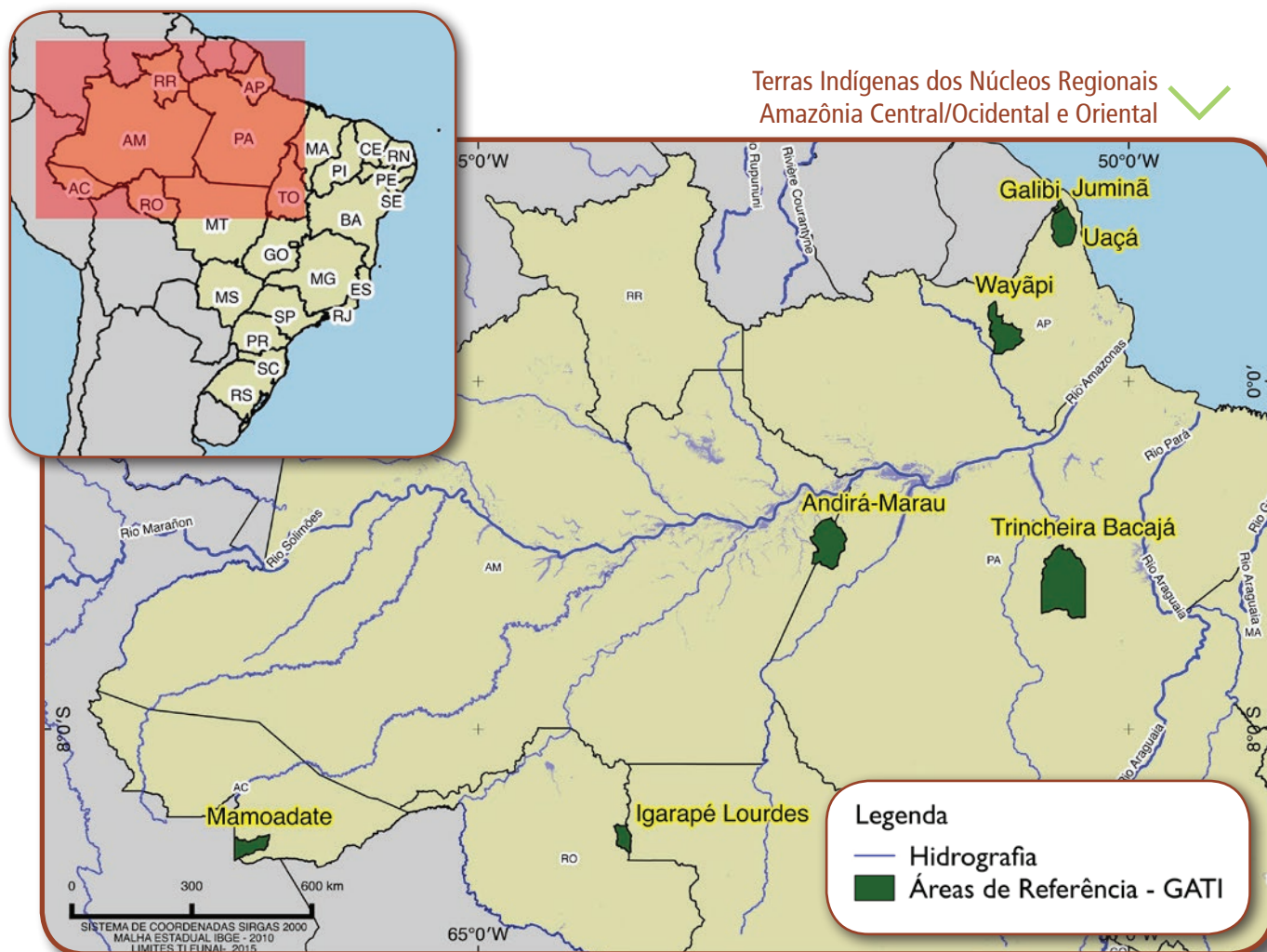
A implementação do Projeto GATI iniciou-se com um seminário nacional em Brasília em dezembro de 2010, que contou com a participação de representantes indígenas e das Coordenações Regionais da Funai. Nesse encontro se definiu a realização de cinco seminários regionais, com o objetivo de dar continuidade ao processo de esclarecimento aos povos indígenas a respeito do objetivo e da estrutura de organização do Projeto. Após a realização desses cinco seminários regionais, o Comitê Diretor do Projeto GATI definiu a abrangência dos 8 “Núcleos Regionais”, as Terras Indígenas que compunham cada um deles e deliberou por tratar todas as TIs selecionadas nas consultas regionais de 2008 como “Áreas de Referência”. No caso do Bioma Amazônico, devido às suas proporções territoriais, decidiu-se dividir as Terras Indígenas em dois Núcleos Regionais: Núcleo Regional da Amazônia Oriental e Núcleo Regional da Amazônia Ocidental.

Seminário Regional do Projeto GATI, realizado em Manaus-AM (2011) ✓



O Núcleo Regional Amazônia Ocidental é formado por três Terras Indígenas: a Terra Indígena Andirá-Marau, do povo Sateré-Mawé, localizada nos estados do Amazonas e Pará; a Terra Indígena Mamoadate, dos povos Manxineri e Jaminawa, no estado do Acre; e a Terra Indígena Igarapé Lourdes, dos povos Gavião e Arara, localizada no estado de Rondônia. A TI Andirá-Marau está vinculada à Coordenação Regional da Funai de Manaus, a TI Mamoadate à Coordenação Regional da Funai de Rio Branco e a TI Igarapé Lourdes à Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná.

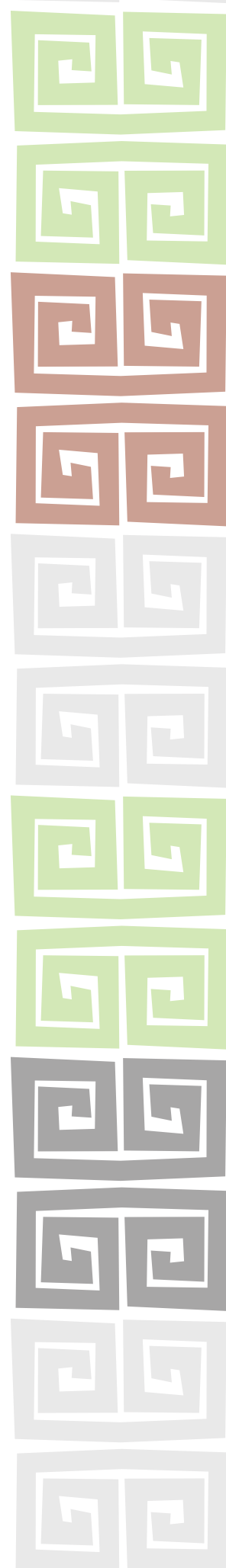
Já o Núcleo Regional Amazônia Oriental é formado por cinco Terras Indígenas: a Terra Indígena Trincheira Bacajá, do povo Mebengokrê-Xikirin, localizada no estado do Pará; a Terra Indígena Wajãpi, do povo Wajãpi, no estado do Amapá; e as Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, dos povos Galibi Kalin'a, Karipuna, Palikur e Galibi Morworno, localizadas no Oiapoque, estado do Amapá. A Terra Indígena Trincheira Bacajá está vinculada à Coordenação Regional da Funai do Centro Leste do Pará, a TI Wajãpi à Coordenação Regional da Funai do Amapá e as Terras Indígenas do Oiapoque à Coordenação Regional da Funai do Oiapoque.



Todas essas TIs foram homologadas entre os anos 80 e 90. Sofrem impactos semelhantes, como invasões de seus territórios para a retirada ilegal de madeira, assédio pelos recursos minerais, proximidade com estradas e rodovias. Algumas Terras Indígenas de ambos os Núcleos são afetadas por grandes obras de infraestrutura, como por exemplo, a TI Trincheira Bacajá, afetada pela UHE Belo Monte. Os desafios enfrentados por esses povos em termos de gestão ambiental e territorial se assemelham em muitos pontos, não só no que tange as pressões externas como internas. As populações estão crescendo e tais comunidades passam a ter de equacionar suas necessidades dentro daqueles limites, levando em consideração o crescimento da sua demanda de consumo e a disponibilidade de recursos naturais. A Terra Indígena Andirá-Marau, por exemplo, é uma das mais populosas do Brasil, segundo o IBGE.

Em todas essas TIs, os povos indígenas são bilíngues, falam suas línguas nativas e o português, com maior ou menor domínio. A TI Mamoadate e a TI Igarapé Lourdes são habitadas por dois povos de culturas e línguas distintas. Esse fato traz desafios particulares para a gestão desses territórios. Outro desafio específico para a gestão territorial e ambiental são as áreas de sobreposição com unidades de conservação, o que ocorre nas Terras Indígenas Andirá-Marau, Juminá, Uaçá e Igarapé Lourdes.

Outro ponto em comum a todas as Terras Indígenas citadas é a organização política em torno de associações indígenas para a luta pelos seus direitos. Por meio de suas associações, são desenvolvidos projetos de geração de renda, de proteção territorial, promoção cultural e cuidado ambiental. Também existem parcerias com entidades não governamentais que auxiliam as associações a captar recursos e gerir tais projetos.



HISTÓRICO DO PROJETO GATI

Para dar início ao trabalho nas Terras Indígenas e apoiar a implementação do Projeto GATI, foram contratados consultores regionais, que desenvolveram uma variedade de atividades nas Áreas de Referência, desde as reuniões iniciais de esclarecimento com as comunidades, até intercâmbios, cursos e oficinas, entre outras ações, em estreita colaboração com as Coordenações Regionais da Funai e outros parceiros. O consultor regional do Projeto GATI que atuou no Núcleo Amazônia Ocidental foi Lúcio Flores e no Núcleo Amazônia Oriental foram Alexandre Goulart e Roselis Mazurek.

Em 2012, os consultores iniciaram conversas com Coordenações Regionais da FUNAI envolvidas. Foram realizadas apresentações de esclarecimento sobre o Projeto que envolveram os técnicos regionais das coordenações da FUNAI. Entre 2012 e 2013, foram realizadas as reuniões de esclarecimento nas Áreas de Referência em ambos os Núcleos Regionais para as lideranças e comunidades indígenas, com o intuito de apresentar o Projeto GATI e instaurar Conselhos Deliberativos Regionais. Os conselhos regionais foram constituídos de forma paritária, envolvendo representantes indígenas indicados pelas comunidades e representantes do governo.

No Núcleo Regional da Amazônia Ocidental foram estabelecidos Conselhos Locais, diferentemente de outras regiões. Isso se deu principalmente às distâncias e dificuldades de acesso às TIs, que complexificou a formação e a realização de reuniões periódicas dos Conselhos. No caso da TI Andirá-Marau, foi criado um Conselho local e foram nomeados 6 titulares e 6 suplentes, abrangendo as comunidades dos rios Urupadi, Marau e Uaicurapá.



Conselheiros da TI Andirá-Marau

Na TI Andirá-Marau os conselheiros indígenas indicados foram:

- Região do Rio Urupadi: Inácio Cristino da Silva como titular e Timóteo dos Santos da Silva como suplente.
- Região do Rio Marau: Bernardo Alves e Sidnei Michiles como titulares e Nandia Pereira e Josibias Alencar dos Santos como suplentes
- Região do rio Uaicurapá: Misael Ferreira da Silva, Obadias Batista Garcia e Derli Bastos Batista como titulares e Elielson Sexa de Souza, Erivelton da Silva Oliveiras e Carlito Michiles de Araújo como suplentes.

Na TI Mamoadate os conselheiros indígenas indicados foram:

- Representantes Manchineri : Roy Roger Gomes Manchineri e João Sebastião Manchineri como titulares e Edilson Brasil Augusto Manchineri e Josimar Napoleão Manchineri como suplentes.
- Representantes Jaminawa: Sebastiao Batista da Silva Jaminawa como titular e Valdo Melendre Jaminawa como suplente.

Na TI Igarapé Lourdes os conselheiros indígenas indicados foram:

- Representantes Gavião: Delson Gavião e Miltinho Gavião como titulares e Emílio Gavião e Tiago Gavião como suplentes.
- Representantes Arara: Pedro Agamenon Arara e Pereira Arara como titulares e Nestor Arara e Evandro Arara como suplentes.



©Lúcio Flores

◀ Posse do Conselho Regional do Projeto GATI na TI Igarapé Lourdes (2013)

No Núcleo Regional da Amazônia Oriental o estabelecimento do Conselho Regional se deu em maio de 2012 em Macapá/AP com a participação de representantes Indígenas das três Áreas de Referência, instituições não governamentais e de representantes do governo.

Nas TIs do Oiapoque os conselheiros indígenas indicados foram:

- TI Galibi: Josinei dos Santos Aniká como titular e Elton Aniká como suplente.
- TI Uaçá: Paulo Roberto da Silva como titular e Marivaldo Diogo Maciau como suplente.
- TI Juminã: Silvio Nunes Vidal como titular e Emiliano Gabriel como suplente.

Na TI Trincheira Bacajá os conselheiros indígenas indicados foram:

- Bepkra Xikrin, Mukuka Xikrin e Bebere Xikrin.

Na TI Wajãpi os conselheiros indígenas indicados foram:

- Aikyry Wajãpi, Wyrakauri Wajãpi, Kaur Wajãpi, Roseno Wajãpi e Kumare Wajãpi.

Durante essas reuniões foi possível nivelar o entendimento sobre a PNGATI e o Projeto GATI, garantir espaço para preparação e articulação dos representantes indígenas do Conselho Regional do Projeto GATI, apresentar o Objetivo e as Atividades da Assessoria do Projeto GATI e construir os Planos de Trabalho por Terra Indígena (“Plano de Ação”). Os Planos de trabalho subsidiaram as ações seguintes nas Áreas de Referência. Das diversas linhas de ação prioritárias nas Áreas de Referência, podemos resumir nos seguintes focos:

- Avaliação e implementação dos PGTA's elaborados;
- Elaboração do PGTA Xikrin;
- Monitoramento e Proteção de TIs;
- Redes de Experiências (intercâmbios);
- Agroflorestas/Recuperação de áreas degradadas;
- Produção Agroecológica/ Agrobiodiversidade;
- Fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, por meio de oficinas com jovens;
- Tratamento de lixo produzido dentro das TIs.

Foi feito um grande esforço para que as ações planejadas pelos Conselhos fossem atendidas em diversos níveis, ou por iniciativas do próprio Projeto GATI, ou em articulação com instituições parceiras. Os intercâmbios foram entendidos como momentos-espacos de trocas de experiências e conhecimentos e se firmaram como “marca” dos trabalhos desenvolvidos

pelo Projeto GATI na Amazônia Oriental. No Núcleo Regional da Amazônia Ocidental, os trabalhos desenvolvidos giraram em torno da conservação ambiental com a realização de ações de recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento de consórcios e SAFs, construção de um centro de referência em gestão tradicional dos recursos naturais e monitoramento e vigilância dos limites, entre outras ações.

Uma particularidade das Áreas de Referência de ambos os Núcleos Regionais é que a maioria das Terras Indígenas já tinham passado por um processo de elaboração do PGTA ou Plano de vida. A implementação de projetos e ações nas Áreas de Referência buscaram respeitar a unidade e consistência dos PGTA's, entendendo-os como produtos e processos a serem constantemente aperfeiçoados, revisitados e atualizados. Esse processo ocorreu, por exemplo, na TI Igarapé Lourdes, em uma oficina que avaliou o andamento de todos os programas que compõe o PGTA, propondo atualizações e estratégias para a sua implementação.

O objetivo principal das atividades do GATI nessas TIs foi, portanto, a implementação de ações propostas nos PGTA's elaborados, a fim de tirá-las do papel e executar ações engajadas na "visão de futuro" dos povos, organizações e comunidades indígenas envolvidas. No caso da TI Trincheira Bacajá, as ações levaram ao estabelecimento do PGTA dos Xikrin, ainda em curso. Para tanto, foi realizado o etnomapeamento da TI, seguido do Etnozoneamento e estabelecimento de acordos. A TI Andirá-Marau, através de reuniões e articulações apoiadas pelo Projeto GATI, foi contemplada em um projeto a ser executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), com apoio do Fundo Amazônia, para a elaboração de seu PGTA.

Algumas estratégias foram adotadas para melhorar o desempenho e implementação do Projeto GATI e o fortalecimento da execução nacional de suas metas. Uma delas foi firmar **CARTAS DE ACORDO** com instituições parceiras que já atuam com legitimidade nas Terras Indígenas e fazem parte da rede de parceiros nas Áreas de Referência. O Projeto GATI firmou uma Carta de Acordo com a TNC, para implementar ações nas Terras Indígenas do Núcleo Regional da Amazônia entre 2014 a 2016, tal como contaremos ao longo da publicação em cada uma das 5 TIs.



Posse do Conselho Regional do Projeto GATI na TI Mamoadate em Assis Brasil-AC (2014)

A seguir vamos apresentar a sistematização das ações desenvolvidas pelo Projeto GATI nos Núcleos Regionais Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental, suas conquistas e as ações que ainda são necessárias para serem desenvolvidas a fim de consolidar a gestão territorial indígena nessas terras.





Paisagem na TI Andirá-Marau (2015)

TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Andirá-Marau está localizada nos estados do Amazonas e Pará, nos municípios de Aveiro e Itaituba (PA), Barreirinha, Maués e Parintins (AM), nas calhas dos rios Urupadi, Marau, Andirá e Uaicurapá. Foi homologada em 1986 com uma área de 788.528 hectares, dos quais 3% estão em sobreposição com a Floresta Nacional do Pau-rosa e 11% em sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia. É habitada pelo povo Sateré Mawé² e possui 103 aldeias e sítios ao longo das calhas dos principais rios. Com uma população que triplicou nos últimos 30 anos, atualmente conta com aproximadamente 13.350 pessoas, falantes da língua Mawé e amplo domínio do português. A TI Andirá-Marau é uma das onze Terras Indígenas brasileiras com maior população, de acordo com o IBGE.

Historicamente, os Sateré-Mawé tiveram contato com os jesuítas em 1669; passaram por diversos conflitos com as Missões Religiosas, a Guerra da Cabanagem, com os seringalistas e madeireiros em busca do pau-rosa, o que trouxe também inúmeras epidemias e mortes.

² Parte do povo Sateré-Mawé vive em centros urbanos e comunidades mistas (ribeirinhos e indígenas) em outras localidades fora da TI Andirá-Marau (como Manaus, Parintins, Maués, Barreirinha, Iranduba, Manaquiri, Boa Vista do Ramos, Nova Olinda e Borba). Um pequeno grupo habita a TI Coatá-Laranjal, junto ao povo Mundurucu.

CONTEXTO

“GUARANÁ EM NOSSA CULTURA, TEM UM GRANDE SIGNIFICADO. PARA NÓS É UMA BÍBLIA, PARA NÓS É UMA LEI, UMA CONSTITUIÇÃO PARA O NOSSO POVO, PORQUE GUARANÁ É COMO UM TUXAUA, UM GRANDE LÍDER, ONDE ESTÁ A PROFECIA DA MÃE DELE, DA NOSSA ORIGEM. GUARANÁ ORIENTA A GENTE, É O ORIENTADOR DO POVO.”

Ancião Sateré-Mawé durante a reunião de apresentação do Projeto GATI

Os Sateré-Mawé tem os Rios Tapajós, Marmelos, Sucurundi, Abacaxi, Andirá, Marau, Parauari, Amanã e Mariacuã como referência territorial. Referem-se ao seu lugar de origem como sendo o “Nusoken”, lugar da morada de seus heróis míticos, que localizam à margem esquerda do rio Tapajós, fora da área demarcada. Relatos mostram que as cidades de Parintins, Maués e Itaituba estão sob sítios antigos do povo. Apesar da perda de parte de seu vasto território tradicional, a área que foi demarcada corresponde à parte privilegiada de seu território originário.

Nos anos 80 a Terra Indígena foi invadida pela empresa estatal francesa de petróleo Elf-Aquitaine, que realizou sondagem, explodindo dinamites, gerando destruição de roças, florestas, corpos d’água, afugentando a caça e causando acidentes como a morte de indígenas por intoxicação. Os Sateré-Mawé, com o apoio do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), ganharam processos contra a empresa e conseguiram ainda conter a construção da rodovia Maués-Itaituba que iria cortar seu território.

Hoje em dia pressões externas sofridas pela TI Andirá-Marau somam-se a pressões internas com o grande aumento da população e produção de lixo nas aldeias. Os Sateré-Mawé são conhecidos por serem os inventores da cultura do guaraná, que faz parte de sua cosmologia



TI Andirá-Marau







Guaraná (*Paullinia cupana*)

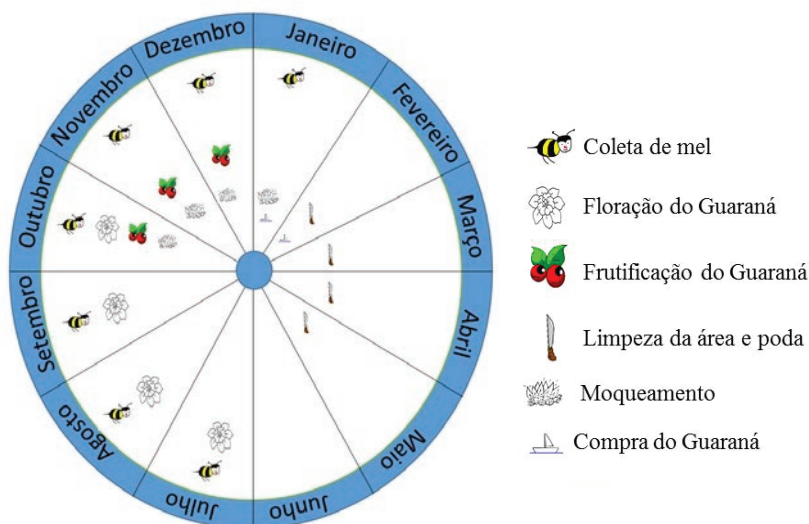
Nas décadas de 1970 e 1980 o CTI e os produtores de guaraná Sateré-Mawé desenvolveram o “Projeto Sateré”, voltado para a limpeza dos guaranazais improdutivos, para organização da comercialização dos pães de guaraná, priorizando a pesquisa de melhores preços

para o produto no mercado regional. O intuito era que os produtores se distanciassem dos regatões, iniciando um processo de independência econômica e valorização do guaraná. Esse projeto foi embrionário do processo de organização política do povo e organização comercial do guaraná que se daria na década de 1990.

Em 1993 nasceu a iniciativa do “Projeto Guaraná”, ou Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento do Povo Sateré-Mawé no âmbito do CGTSM (Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé). O Projeto valoriza o saber-fazer tradicional do cultivo e processamento do guaraná, enraizado no mito e na política oral, na participação direta dos produtores indígenas associados, buscando as relações autônomas com os mercados nacionais e internacionais.

Atualmente, os produtos da sociobiodiversidade são adquiridos diretamente dos produtores a um preço justo; são certificados (agricultura orgânica – IBD e de floresta análoga – FGP), processados (na Unidade de Beneficiamento da Sociobiodiversidade em Parintins) e vendidos para o mercado nacional e internacional.

Calendário de manejo do guaraná na TI Andirá-Marau, elaborado por Clara Vignoli (INPA; 2015)



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Um dos resultados da intensa luta pelo reconhecimento, demarcação e homologação da Terra Indígena foi a fundação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), a associação geral do povo que coordena as atividades de seus interesses, realizando sua governança ao reunir todos os tuxauas (lideranças políticas das comunidades e aldeias) do povo Sateré-Mawé.

Do processo de organização dos Sateré-Mawé para a produção e comercialização do Guaraná, também emergiu a fundação do CPSM (Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé), relacionado diretamente com o CGTSM.

Hoje em dia os Sateré-Mawé têm grande influência na política institucional das cidades próximas a TI Andirá-Marau, participam ativamente das eleições municipais chegando a eleger representantes indígenas nas esferas legislativa e executiva, o que demonstra o alcance de suas articulações políticas e domínio das estruturas e técnicas não-indígenas de organização social.



©Robert Miller

Barcos nas margens do rio
Andirá na aldeia Simão (2015)

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TI ANDIRÁ-MARAU

O Projeto GATI buscou apoiar as iniciativas de gestão territorial em curso na TI Andirá-Marau. A comercialização do guaraná tem uma importância central para a geração de renda para as comunidades Sateré-Mawé e tem sido o foco de diversas iniciativas na TI, como o “Projeto Waraná”, que tem apoio da Petrobrás Ambiental e é desenvolvido pelos Sateré-Mawé em uma ampla rede de parcerias que inclui: o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Além do caráter econômico e comercial, o guaraná é também central na gestão do território e do ambiente. A partir de sua produção enraizada em questões cosmológicas que envolvem práticas tradicionais, soma-se a incorporação de novas técnicas e mobilização de grande parte das comunidades; tudo isso possibilita a organização política e social que rege a vida do povo Sateré-Mawé.

A primeira ação realizada pelo GATI na TI Andirá-Marau foi em 2012, quando o Projeto foi apresentado para parte das lideranças indígenas em Parintins, atendendo a demanda local. Logo nessa primeira ação, ficou claro que as dificuldades logísticas para a articulação de reuniões num território tão vasto e tão populoso, não seriam facilmente superadas. As reuniões que se seguiram de apresentação do Projeto GATI e diagnóstico da gestão do território, foram feitas apenas no segundo semestre de 2013, mobilizando uma grande equipe que contava com a participação da Coordenação Regional de Manaus, o consultor e algumas lideranças indígenas. A equipe realizou reuniões com as comunidades do rio Urupadi, do rio Maráu e rio Andirá nas quais foram eleitos conselheiros locais que ficaram responsáveis por acompanhar as ações e participar das reuniões gerais do Projeto GATI. Isso é uma particularidade das Áreas de Referência da Amazônia Ocidental, já que em outras regiões em que as distâncias e o número de comunidades é menor, optou-se por uma estrutura diferente, organizada por Conselhos Regionais. As demandas principais que apareceram dessas primeiras reuniões foram:

- Vigilância do território;
- Destinamento da produção de lixo nas aldeias;
- Necessidade de reflorestamento do pau-rosa;
- Necessidade de incentivo da participação de jovens e mulheres.

Além de populosa e vasta em território, existe ainda a questão de que os limites administrativos municipais e estaduais variam dentro da Terra Indígena Andirá-Marau. Isso implica em diferenças de atuação e implementação de programas municipais e estaduais de

acesso a educação escolar indígena e o incentivo a agricultura. Além disso, a TI está sobre jurisdição de duas Coordenações Técnicas Locais, o que faz com que coexistam relações diferentes com os atores externos segundo cada região, inclusive com a FUNAI. Isso produz desafios para a gestão territorial, complexifica o estabelecimento de acordos e demanda cuidados especiais.

Participantes da reunião de esclarecimento
do Projeto GATI na TI Andirá Marau (2013)



PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS (PPP GATI)

O Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas ³ (PPP GATI) é uma estratégia adicional de apoio a gestão Territorial e Ambiental Indígena adotada pelo GATI e implementada por meio abertura de editais para propostas de Organizações Indígenas e Indigenistas. Foram apoiados 3 pequenos projetos no âmbito do PPP-GATI detalhados a seguir, apresentados pelo CPSM em parceria com a UFAM e o Idesam.

Eles foram desenvolvidos entre 2015 e 2016 e giram em torno do resgate, plantio e manejo do pau-rosa, uma espécie em perigo de extinção que foi amplamente extraída por madeireiros que aliciavam parte da comunidade Sateré-Mawé. A partir da destilação da

³ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).



madeira, é possível a extração do óleo essencial “linalol”, usado na indústria da perfumaria. Hoje em dia o Ibama condiciona os extratores de óleo de pau-rosa a fazer a reposição de mudas, segundo quantidade exportada, o que torna seu abatimento nativo ilegal. Os Sateré-Mawé têm interesse na manutenção da espécie e na produção do óleo a partir de novas técnicas de extração, feitas por podas de rebrota, que permitem desenvolvimento da planta e um uso sustentável do recurso.

O projeto **“Cultivo e conservação do pau-rosa em agrofloresta dos povos Sateré-Mawé - calha rio Marau”** teve como objetivo o enriquecimento do pau-rosa em sistemas agroflorestais já desenvolvidos pelos Sateré-Mawé. A meta foi produzir 1.000 mudas na calha do rio Marau, com capacitação e intercâmbio com os saberes indígenas e apoio técnico da UFAM. Foram realizadas oficinas específicas para os indígenas sobre o manejo e a estaquia do pau-rosa na Universidade e o projeto contou com o acompanhamento técnico dos viveiros criados para produção de mudas e estacas do pau-rosa dentro da Terra Indígena. O projeto também contribuiu para a recuperação de áreas degradadas na TI e o resgate de saberes e usos do pau-rosa pelas comunidades.



Os indígenas Arleson e Josimar preparam estacas para mudas de pau-rosa para áreas de SAFs (2015)

O projeto **“Cultivo e conservação do pau-rosa em agrofloresta dos povos Sateré-Mawé - calhas Uaicurapá/Andirá”** teve como objetivo o cultivo do pau-rosa em sistemas agroflorestais já estabelecidos na Calha do Rio Andirá e produção de 2.000 mudas. Parecido e complementar ao anterior, também prevê capacitação e intercâmbio com os saberes indígenas e apoio técnico da UFAM. O sucesso do projeto anterior inspirou outras regiões da Terra Indígena reverberando ações e promovendo troca de saberes e práticas coletivas.



©Manuel Lima Júnior

Josimar Sateré, em área de SAF consorciada com espécies frutíferas e pau-rosa (2015)



O projeto **“Waraná Agroecologia II: fortalecimento da produção Sateré-Mawé”** teve como objetivo dar continuidade ao Projeto Waraná, com implantação de sistemas agroflorestais, o fortalecimento de práticas ecológicas e a promoção da educação ambiental. O apoio técnico para a realização foi feito pelo Idesam.

MICROPROJETOS

Foi realizado ainda um microprojeto denominado Sakaka, na aldeia Fé em Deus. A ideia foi possibilitar o replantio do pau-rosa a partir de sistemas agroflorestais nos quintais das famílias indígenas. As atividades foram executadas em mutirão e implantadas de setembro/2013 a janeiro/2014. O responsável pela coordenação do microprojeto foi Ilson Brandão Freitas.

Primeiro foram feitas reuniões para o planejamento do trabalho e divisão de tarefas, como limpeza e abertura de pequenas clareiras, e a divisão das equipes de caça e pesca para alimentação das pessoas que trabalharam no mutirão. Depois de identificadas as plantas importantes para os Sateré Mawé na mata e nos quintais das famílias, tais espécies foram consorciadas com o pau-rosa. Os sistemas agroflorestais foram melhorados e enriquecidos e hoje em dia a comunidade está realizando a manutenção dos quintais agroflorestais.

PLANO DE ETNOGESTÃO DA TI ANDIRÁ MARAU

Outra ação importante desenvolvida entre 2014 e 2015 foi o apoio à elaboração do projeto apresentando ao Fundo Amazônia/BNDES para o desenvolvimento do Plano de Etnogestão da TI Andirá-Marau. Foi feita por meio de uma articulação via Conselho Local Deliberativo do GATI. O projeto foi aprovado e será executado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

FEIRA DE TROCA DE SEMENTES

A 1ª Feira de Troca de Sementes, Sabores e Saberes e Assembléia Geral do Povo Sateré-Mawê, foi realizada nos dias 11 a 13 de junho de 2015 na Aldeia Simão e teve o apoio do Projeto GATI. Foi uma iniciativa do Projeto Warana, realizado por um conjunto de instituições: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawê (CPSM), a Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas (Sepror), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), campus de Presidente Figueiredo, e o Centro de Sementes Nativas do Amazonas, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

A Feira foi um rico momento de apresentação dos trabalhos desenvolvidos na área da agroecologia e na implantação de sistemas agroflorestais, capacitação dos jovens Sateré Mawê na coleta de sementes florestais, implantação de hortas escolares e produção de composto orgânico, visando a segurança alimentar e geração de renda nas comunidades. Foi um momento importante para a divulgação e troca de experiências entres os PPPs que trabalharam com o resgate do pau-rosa e o enriquecimento dos SAFs.



Os tuisás Obadias e Tiburcio, na feira de troca de sementes tradicionais ocorrida em junho de 2015 na TI Andirá Marau

Público da feira de troca de sementes tradicionais ocorrida em junho de 2015 na TI Andirá Marau



RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI ANDIRÁ-MARAU

A gestão territorial realizada pelos Sateré-Mawé há anos tem como eixos o fortalecimento da sua organização política e cultural e o desenvolvimento de projetos em torno da geração de renda pela comercialização do guaraná. Isso inclui trabalhar o enriquecimento dos cultivos, a recuperação de espécies que foram longamente ameaçadas, a exemplo do pau-rosa. Iniciativas futuras que visem apoiar essa forma de organização e gestão do território são muito importantes e os projetos de resgate do pau-rosa que se desenvolveram a partir do apoio do Projeto GATI deverão buscar continuidade.

O próximo desafio dos Sateré-Mawé será construir o seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental e trabalhar para buscar apoios para sua implementação, que certamente incluirá projetos que deem continuidade às experiências em torno da geração de renda, da proteção do território e do fortalecimento social e cultural do povo. A preocupação em torno da produção de lixo e seu tratamento deverá ser trabalhado junto às comunidades, pois tende a se agravar conforme a população for crescendo e o acesso aos bens industrializados aumentar.

- Elaboração participativa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau;
- Implementar e consolidar iniciativas de geração de renda a partir do manejo, beneficiamento e comercialização de espécies estratégicas para os Saterê como guaraná e pau-rosa;
- Desenvolver estratégias de tratamento de resíduos sólidas nas aldeias;
- Fortalecer ações de controle e vigilância territorial com participação indígena;
- Replicar iniciativas de implantação de sistemas agroflorestais e enriquecimento de quintais;
- Repovoamento de pau-rosa nas florestais e quintais da TI Andirá-Marau.



Participantes da reunião de esclarecimento do Projeto GATI na TI Andirá Marau (2013)





©Manuel Lima Júnior

Cultivo tradicional de guaraná, apoiado em jirau (2015)

Momentos da feira de troca de sementes tradicionais da TI Andirá Marau, com destaque para os bastões defumados de guaraná sateré-maué (2015)



©Robert Miller

Mulheres e crianças Sateré-Maué trabalham na produção de mudas de pau-rosa para serem plantadas em áreas de SAFs (2015)



©Robert Miller



Equipe do GATI,
Funai e lideranças
indígenas na TI Andirá
Marau na reunião de
esclarecimento do
Projeto (2013)



Os indígenas
Josebias, Josimar
e Eucimar
trabalhando no
viveiro de pau-
rosa, resultado de
projeto apoiado
pelo edital PPP
GATI (2015)

TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Igarapé Lourdes possui 185.533 hectares e está localizada no estado de Rondônia, no município de Ji-Paraná, com população de aproximadamente 1.000 pessoas vivendo em 17 aldeias. É habitada tradicionalmente pelos povos indígenas Ikolen (Gavião) e Karo (Arara). Embora hoje mantenham casamentos entre os grupos, se reúnem em aldeias separadas e não falam a mesma língua.

Os Ikolen são falantes da família Tupi Mondé e os Karo são falantes de uma língua do tronco tupi, da família Rama Rama. A Terra Indígena tem parte de seu território sobreposto a Reserva Biológica Jaru, com a qual faz limite. É cortada por uma rodovia não pavimentada entre Ji-Paraná e a Fazenda Castanhal.

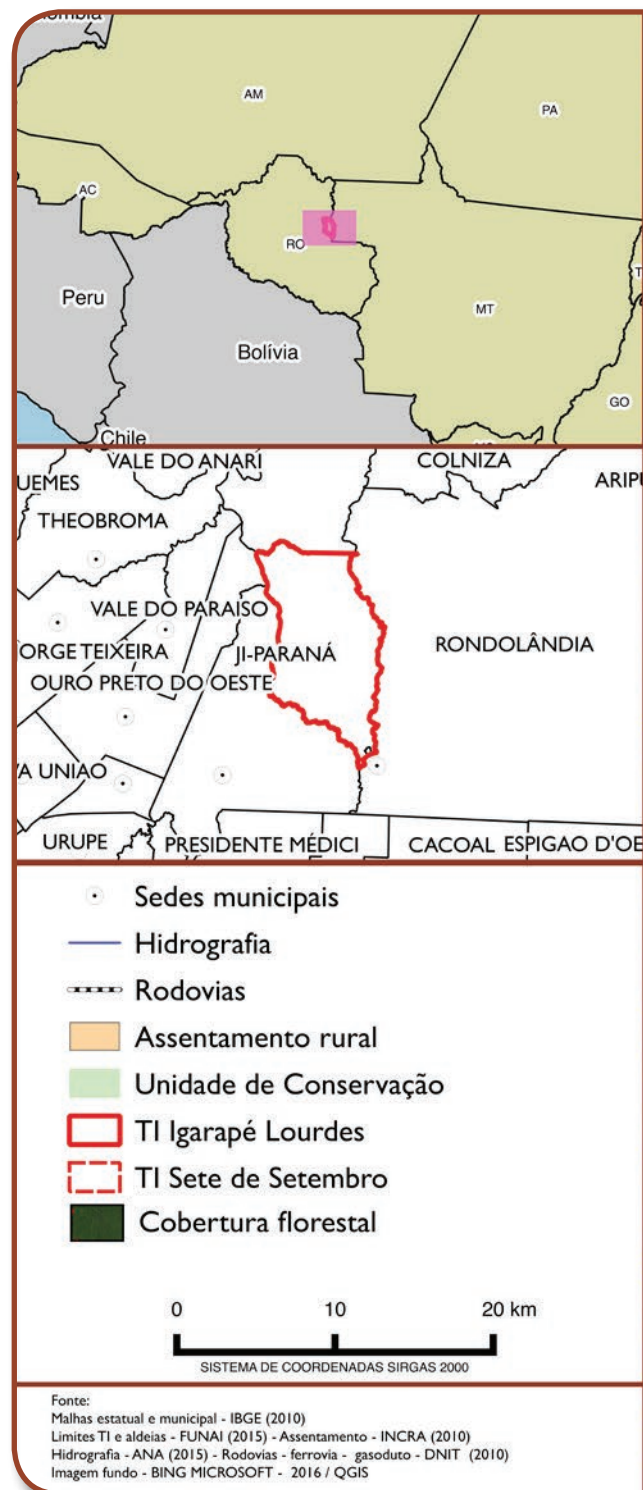
Os dois povos, Arara e Gavião, mantinham relações de inserção na economia regional, principalmente em relação com seringais e seringueiros, e passaram a viver juntos nos anos 60 devido a um aldeamento promovido pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Compartilham entre si um passado marcado pelo contato com não indígenas com episódios de grandes conflitos devido ao avanço das frentes de expansão econômica sobre suas terras. A partir de 1970 a Terra Indígena passou a sofrer fortes pressões oriundas da BR-364, de onde convergiam, vindos da região sul, levas de colonos incentivados pelo Programa de Integração Nacional– PIN, promovido pelo governo federal.

CONTEXTO

A TI Igarapé Lourdes está inserida no Bioma Amazônia e encontra-se em um bom estado de conservação. O rio Igarapé Lourdes faz parte da principal bacia hidrográfica da Terra Indígena, que possui como sub-bacias o Igarapé Água Azul, o Tarumã, o Ji-Paraná, o Jatuarana, o Setembrino, a Prainha, o Providência, o Lourdes e o Perdido. A Terra Indígena Igarapé Lourdes está sobreposta à REBIO Jaru na parte norte e possui um Plano de Manejo não Madeireiro de Uso Múltiplo e Comunitário para que os indígenas possam utilizar os recursos da floresta, como óleo de copaíba, castanha e açaí, todos na área de sobreposição com a REBIO.

As ameaças enfrentadas pelos indígenas da TI Igarapé Lourdes referem-se, na sua maioria, a problemas que ocorrem fora das TIs, como a questão do crescimento populacional no entorno do território indígena e as grandes obras de infraestrutura, principalmente a BR-364. Com a construção da rodovia nos anos 70, o território habitado pelos Gavião e pelos Arara se tornou objeto de cobiça de fazendeiros agropecuaristas e madeireiros, como destino de colonos provenientes da região centro-sul. Em 1975, a abertura de uma estrada no interior da área delimitada propiciou a invasão por colonos. Várias fazendas se interpuseram entre a TI Igarapé Lourdes e o Parque Indígena do Aripuanã, causando o desmembramento da TI Igarapé Lourdes. Diante da invasão crescente de seu território, os Gavião e Arara articularam-se contra os projetos em andamento, o que acarretou na interrupção do financiamento destes pelo Banco Mundial, que passou a financiar o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloresta), visando corrigir as distorções e degradações produzidas pelo programa anterior (Polonoroeste).

A discussão sobre a possível construção da hidrelétrica do rio Machado ou Ji-Paraná teve início em 1990 e assombrou os dois povos que temiam que parte da TI fosse alagada. Em



TI Igarapé Lourdes





49

Atualmente os Gavião e os Arara desempenham atividades produtivas bastante diversificadas, como caça, pesca, extrativismo - sendo a castanha e o óleo de copaíba os principais recursos; agricultura de roçado, a criação de animais e “sistemas agroflorestais”, visando tanto o consumo próprio como a comercialização e geração de renda. Esses produtos e excedentes são comercializados no mercado local. Também há uma intensa produção de artesanatos, tanto para o uso, quanto para venda. Em sua confecção, são usados diversos recursos naturais como fibras, sementes, penas e tucumã, mas também miçangas e fios industrializados. A dificuldade está no escoamento desse artesanato para um mercado específico que valorize os artefatos.

✓ Cacique-geral da TI Igarapé-Lourdes, Catarino Gavião e jovens Gavião (2014)



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLITICA

Os Gavião e os Arara sofreram várias interferências nas suas relações sociais e culturais com a aproximação com outros povos, as diferentes frentes de colonização regional, a presença do SPI e depois da FUNAI e as frentes missionárias. Na década de 1980, houve um processo de ressurgimento de xamãs e uma consequente retomada das práticas tradicionais do povo. Suas cerimônias estão ligadas à colheita de cultivares, em diferentes épocas do ano, rituais de cura e outras festas.

Internamente há várias aldeias e associações com diversidade de atividades e intervenções, sendo a mais abrangente a Organização das Associações Indígenas de Ji Paraná (PANDEREJ), que congrega, entre outros povos, tanto os Arara como os Gavião. Criada em junho de 1998, possibilitou a emergência de novas lideranças no seio da comunidade, que se caracterizam por serem jovens adultos, com certo grau de escolarização e com amplo trânsito com parcerias e instituições não indígenas.

Os Gavião e os Arara possuem também suas próprias associações, nas quais desenvolvem projetos distintos, de acordo com o interesse e articulação de cada povo. Através da Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr do povo Gavião ASSIZA, e da Associação Indígena Karo Pay Gap do povo Arara, foram implementadas paralelamente ações com o apoio do GATI, como veremos adiante.

As parcerias construídas com instituições são fundamentais para a defesa de direitos e do território. Entre as instituições parceiras se destacam: a Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Polícia Federal, IBAMA, Polícia Militar Ambiental, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Pacto das Águas, FUNAI, entre outros. Dessas parcerias, alguns projetos foram implementados e outros estão em fase de implementação ou estudos. Dentre eles destacam-se:

- Diagnóstico Etnoambiental Participativo;
- Etnozoneamento e Plano de Gestão da Terra Indígena Igarapé Lourdes;
- Projeto de Manejo Florestal;
- Projeto de fiscalização da TI;
- Fortalecimento da Infraestrutura Produtiva e Segurança Alimentar nas áreas de implantação de pomar;
- Armazenamento de produtos, coleta e comercialização de castanha pelo Projeto Pacto das Águas;
- Produção de farinha, manutenção de roças tradicionais, criação de galinha e produção de ovos, piscicultura;
- Processos de formação e capacitação realizadas pelo IEB e Kanindé no âmbito de seus programas .

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TERRA INDÍGENA IGARAPÉ LOURDES

O Projeto GATI iniciou suas atividades em 2013 na TI Igarapé Lourdes, com uma reunião de esclarecimento às comunidades indígenas e o estabelecimento das prioridades e que o Projeto GATI iria apoiar, levando em consideração as experiências de gestão que já estavam em andamento na TI. Os povos Gavião e Arara construíram, entre 2003 e 2006, o Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão da Terra Indígena Igarapé Lourdes, publicado em 2012. Foi estabelecido logo nessa primeira reunião a necessidade de revisão do Plano de Gestão, já que os Gavião e Arara consideravam imprescindível avaliar a sua implementação e repactuar ações para o futuro. O Plano de Gestão tem sido a base do planejamento para a implementação de ações de gestão do território, sendo um instrumento que facilita o estabelecimento de acordos internos e parcerias externas, o que justifica a importância de sua revisão.

Como consequência, ainda em 2013, foi realizada uma oficina na casa de reuniões da aldeia Ikóléh, com o objetivo de fazer uma avaliação e revisão do Plano de Gestão Etnoambiental da TI Igarapé Lourdes. A revisão do plano estava prevista no projeto *Pabáre Pánéh: caminhando para a gestão territorial integral da Terra Indígena Igarapé Lourdes*, dos povos indígenas Ikolen e Karo, desenvolvido pela Organização Padereéhj e Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. O projeto foi construído com apoio do consórcio responsável pela implementação do Projeto ConsBio. Os recursos foram captados junto a um edital da Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Além dos indígenas Gavião e Arara, a oficina teve participação dos povos Suruí, Zoró, Apurinã, Yawanawá, Terena e Quechua; de gestores públicos federais e municipais; do Projeto GATI; de organizações não governamentais parceiras e um representante indígena da CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista).

Durante essa oficina foi avaliado o Plano de Gestão em seus 7 anos de existência e elencados os ajustes que deveriam ser feitos para aprimorá-lo. Após uma análise sistemática, foi possível aos participantes mensurar as ações que tinham sido executadas (18%), não executadas e iniciadas (43%), porém não concluídas (23%), o que indicou fragilidades e a necessidade de construção de estratégias para a implementação efetiva do Plano de Gestão. Foram revisados os 10 programas contidos no documento, adicionado novas ações e criado uma comissão de operacionalização para cada programa, que ficou responsável por sua execução. Ainda nessa oportunidade, foi decidido encaminhar para apoio do GATI os projetos já elaborados nas áreas de proteção e etnodesenvolvimento, em articulação pelas associações indígenas e a CR FUNAI Ji-Paraná.

Cacique-geral da TI Igarapé Lourdes,
Catarino Gavião apresenta o PGTA da TI
Igarapé Lourdes (2014)





Heliton Gavião em plenária durante o Seminário "Diálogos para a Implementação dos PGTA da TI Igarapé Lourdes" (2014)

Apresentação do Mapa Etno-história do PGTA da TI Igarapé Lourdes (2013)



PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS PPP GATI

O Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas⁴ (PPP GATI) é uma estratégia adicional de apoio a gestão Territorial e Ambiental Indígena adotada pelo GATI e implementada por meio abertura de editais para propostas de Organizações Indígenas e Indigenistas. Foram elaborados 2 pequenos projetos no âmbito do PPP-GATI detalhados a seguir:

O projeto **“Implantação do centro de referência em gestão tradicional dos recursos naturais da TI Igarapé Lourdes”** foi apresentado pela Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr do povo Gavião ASSIZA e apoiado pelo edital do Programa de Pequenos Projetos PPP GATI. Teve o objetivo de construir um local para implementação de ações ligadas ao Plano de Gestão da TI, tais como: valorização cultural, estudos e pesquisas, reuniões, oficinas e educação ambiental. A ideia é que este centro se torne uma referência das práticas tradicionais de gestão do território e que seja um ponto de encontro entre as aldeias Gavião e Arara da TI, possibilitando a articulação e diálogo entre os povos.

Já o projeto **“Castanhais vivos: riqueza do presente e futuro do povo Arara”**, foi proposto pela Associação Indígena Karo Pay Gap do povo Arara e também contou o apoio do GATI via edital do Programa de Pequenos Projetos PPP. Com o objetivo de manter e renovar os castanhais nativos da TI, foram implementadas boas práticas de manejo e de regeneração de áreas atingidas pelo avanço de queimadas por meio de ações de reflorestamento. O fortalecimento das roças de toco praticadas pelos indígenas foi realizado a partir do enriquecimento da produção, consorciando 115 castanheiras com outras espécies, melhorando e enriquecendo a produção, e evitando assim a degradação ambiental.

“PARA QUE AS CRIANÇAS, AS MULHERES E OS IDOSOS POSSAM APRENDER A CUIDAR DO QUE TÊM HOJE PARA MAIS TARDE TODO MUNDO PODER USUFRUIR. (...) ESSE REFLORESTAMENTO VAI SERVIR PARA QUE AS CRIANÇAS POSSAM VER AS PLANTAS NATIVAS E, TAMBÉM, AJUDAR A CUIDAR DA NATUREZA.”

Jeniffer, assessora do povo Gavião

⁴ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNU).



RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI IGARAPÉ LOURDES

A partir da reelaboração do Plano de Gestão Igarapé Lourdes foi possível restabelecer acordos mais atuais e pertinentes e rever ênfases e focos de gestão. Foi possível perceber que muito do que tinha sido planejado não foi ainda executado, o que revela necessidade de articulação por parte da associação Padereéhj e engajamento das comunidades, além de o apoio da FUNAI e de instituições parceiras, que possam ajudar os Gavião e Arara a implementar as ações previstas no Plano de Gestão. O resgate da tradição, a venda de artesanato, o beneficiamento da castanha coletada são apontados como possibilidades de geração de renda, a partir de atividades praticadas pelas comunidades.

Devido ao desmatamento do entorno, os incêndios dentro da TI andam se tornando cada vez mais corriqueiros, o que preocupa as comunidades. Em consequência às invasões, parte da Terra Indígena está degradada, necessitando a continuidade dos projetos de recuperação ambiental, boas práticas de manejo e aprimoramento das técnicas de roça de toco.

Qualificações e capacitações também são valorizadas e poderão acontecer no Centro de Referência em Gestão Territorial, construído com o apoio do edital de Pequenos Projetos do PPP-GATI, assim como reuniões, oficinas e diálogos entre os povos. Os Gavião e os Arara tem o interesse em realizar feiras de semente anualmente para a manutenção das sementes nativas, a troca e a venda de produtos produzidos pelos povos e valorização das culturas Gavião e Arara.

- Consolidar ações de geração de renda por meio do manejo, beneficiamento e comercialização da castanha do Brasil, artesanato indígena e outros produtos florestais não madeireiros;
- Fortalecer o controle e a vigilância territorial com a participação indígena;
- Implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Igarapé Lourdes;
- Consolidar o Centro de Referência em Gestão Tradicional dos Recursos Naturais da TI Igarapé Lourdes;
- Fortalecer institucionalmente as associações representativas dos povos Gavião e Arara;
- Fortalecer a rede de parcerias construída pelos Gavião e Arara da TI Igarapé Lourdes em torno de projetos de gestão territorial indígena (Kanindé, Pacto das Águas, associações indígenas parceiras);
- Implementar projetos de recuperação ambiental e boas práticas de manejo de produtos da floresta.

Representantes do projeto "Castanhais vivos: riqueza do presente e futuro do povo Arara", em oficina organizada pelo GATI e ISPN em Brasília-DF (2015) ✓



TERRA INDÍGENA MAMOADATE



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Mamoadate está localizada no estado do Acre, nos municípios de Sena Madureira e Assis Brasil e é habitada pelos povos Manxineri, Jaminawa e povos indígenas em isolamento voluntário, chamados regionalmente de brabos. É atravessada, em toda sua extensão, pelo rio Iaco, afluente da margem direita do rio Purus. Foi identificada em 1978, demarcada em 1986 e homologada em 1991, com uma superfície de 314.647 hectares. Seus limites oeste são contíguos à fronteira com o Peru; ao sul, limita-se com a Estação Ecológica do Rio Acre; à sudeste com a TI Cabeceira do Rio Acre; e ao norte, com o Parque Estadual do Chandless. Em suas proximidades localiza-se também a Reserva Extrativista Chico Mendes. É parte, portanto, de um conjunto de áreas especialmente protegidas extremamente preservadas e com cobertura florestal praticamente inalterada e de grande importância para a conservação da biodiversidade.

Sua população atual é de aproximadamente 1.000 Manxineri e 200 Jaminawa, fora um número indeterminado de brabos. Os Manxineri moram em 13 aldeias (Peri, Jatobá, Santa Cruz, Laranjeira, Água Preta, Alves Rodrigues, Senegal, Cumaru, Lago Novo e Extrema); enquanto os Jaminawa moram em 4 aldeias (Betel, Cachoeira, Boca do Mamoadate e Cujubim). As aldeias estão distribuídas ao longo do rio Iaco e o acesso a elas pode ser realizado pela cidade de Sena Madureira, subindo o rio Iaco, ou pela cidade de Assis Brasil, atravessando o ramal do Icuriã, com uma extensão de aproximadamente 70 km.

CONTEXTO

Os Manxineri e os Jaminawa são povos distintos tanto linguística quanto culturalmente. Enquanto os Manxineri falam uma língua Arwak, os Jaminawa são falantes da língua Pano. Além de suas respectivas línguas nativas, os dois povos falam o português e/ou espanhol como segunda língua.

Os Manxineri se autodenominam Yine (gente), e estão organizados em clãs como os Manxineru, Kochixineru, Wenejeru, e Hahamlineru. Os primeiros contatos mais intensos dos Manxineri foram com as frentes extrativistas vindas do Brasil e do Peru através do caucheiros, exploradores da borracha que até instalavam famílias na região. Num primeiro momento não foram incorporados como mão-de-obra extrativista, mas sim como mateiros e guias na busca de novas frentes de seringa. Somente quando a crise decorrente da queda do preço do produto se estabeleceu é que eles foram incentivados a extrair borracha.

Os Jaminawa, por sua vez, não obstante serem citados como um único grupo, são na verdade vários grupos e subgrupos que têm uma língua, uma organização social, política e territorial compartilhada na sua forma, mas que são politicamente independentes. Entre os Jaminawa atuais encontram-se índios que se identificam como Baxonawa, Kumunawa, Nixinawa, Mastanawa, Xaonawa, Xaranawa e Xixinawa. Tiveram seu primeiro contato nos afluentes das cabeceiras do rio Purus, quando estabeleceram as primeiras relações com caucheiros manxineris e peruanos no rio Chambuyaco e, posteriormente, entre os anos 40 e 50 do século passado, com caucheiros nacionais, entre os rios Iaco e Acre.

A partir da ocupação da Amazônia, no início do século XX, por diferentes frentes de expansão, os Jaminawa e Manxineri se viram ameaçados pelas “correries” e doenças associadas. Nesse período, tanto os Manxineri quanto os Jaminawa, se integraram aos seringais e à sua organização social e territorial. Esta situação perdurou no decorrer de grande parte do século XX.



TI Mamoadate





Em meados dos anos 1970, com o ocaso final da engrenagem econômica seringueira, o estado do Acre viveu uma redefinição econômica e territorial. Os povos Manxineri e Jaminawa iniciaram um processo de recomposição e reivindicação territorial, abandonando os seringais e indo habitar nas margens do lago, na região onde hoje é a Terra Indígena Mamoodate, a primeira no Acre a ser reconhecida e demarcada pelo governo federal, em 1978, como terra tradicionalmente ocupada.





Ao longo destas últimas décadas, com parte de seu antigo território reconhecido e demarcado, deixaram de extrair a borracha, voltaram-se com maior vigor para as atividades tradicionais de pesca, caça e extrativismo de diversos produtos. Se dedicam mais à agricultura e à criação de animais domésticos, atividades que eram coibidas na economia da borracha. Atualmente vivem basicamente destas atividades.

Após o período de luta conjunta pela luta pela terra e pela autonomia, tanto os Jaminawa quanto os Manxineri, começaram a estabelecer discussões sobre gestão territorial, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e manejo dos recursos naturais, dentre outras. Essa preocupação acentuou-se ainda mais frente ao contexto de pavimentação da BR - 317, que gerou impactos de diversas ordens sobre o território e os recursos naturais utilizados pelos Manxineri e Jaminawa.





Povos na TI Mamoadate e seu principal meio de transporte, a canoa com motor

Em meados da década de 2000 são iniciados, com apoio do governo estadual do Acre, a elaboração do Etnozoneamento e posteriormente do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na Terra Indígena. O PGTA da TI Mamoadate é um pacto entre os Manxineri e Jaminawa para garantir qualidade de vida, segurança alimentar, manutenção dos estoques da fauna e flora, identidade cultural, desenvolvimento sustentável, geração de renda.

Hoje a gestão territorial e ambiental, na qual o PGTA tem um papel importante, está em curso com o objetivo principal de diminuir a crescente pressão, interna e externa, e manter os recursos naturais. Dentre estas pressões mais incisivas, estão as ameaças no entorno da Terra Indígena. A região do alto laco é uma extensa área onde se localiza a divisa com o Peru, um lugar remoto, sendo por isso, alvo frequente de invasões de madeireiros, pescadores e traficantes de drogas no interior da Terra Indígena. Como esta área corresponde a uma parte da TI onde vivem os povos indígenas em isolamento voluntário, torna-se mais difícil a vigilância por parte dos Manxineri e Jaminawa.



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI NA TI MAMOADATE

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto GATI inicia suas ações na Terra Indígena em 2013, com os processos de consultas e esclarecimentos, que ocorreram nas aldeias Jatobá, do povo Manxineri; e na aldeia Betel, do povo Jaminawa. Em junho de 2014, o Conselho Local do Projeto tomou posse em reunião ocorrida no auditório da Câmara Municipal de Assis Brasil/AC. Este conselho foi composto por lideranças indígenas Manxineri e Jaminawa, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre (Sema-AC), e foi constituído como uma referência para articulação e interlocução entre as instituições ambientalistas, indigenistas e os povos indígenas Jaminawa e Manxineri.

Em sua primeira reunião ordinária para discutir ações prioritárias do Projeto GATI na Terra Indígena, foi definida que a prioridade seria a **atualização do Plano de Gestão da Terra Indígena**, de forma a discutir e incluir no documento as ações de proteção para os povos indígenas em isolamento voluntário - ou “brabos”, oriundos do lado peruano da fronteira e cujo aparecimento na TI se intensificaram nos últimos anos, principalmente nos meses do verão amazônico.



MICROPROJETOS

Foram elaborados de forma participativa e implementados pelas comunidades 6 microprojetos na TI Mamoadate entre o período de implementação do Projeto GATI. Os microprojetos abordaram temáticas voltadas à implantação de sistemas agroflorestais, criação de animais, conhecimentos tradicionais, plantas medicinais e implantação de quintais de uso múltiplo.

1. **“Construindo a sustentabilidade”**, apresentado por Edmilson Montineri Salomão da Aldeia Laranjeira.

Este projeto teve como objetivo a recuperação de áreas degradadas com o enriquecimento dos roçados e SAFs e melhoria no trato e criação de suínos, a fim de evitar trânsito desses animais pelo interior da aldeia e a propagação de doenças. Esta iniciativa está relacionada a criar condições para se plantar mais tipos de mudas, de modo a incrementar a alimentação da comunidade.

2. **“Ordenamento da produção de suínos na aldeia Betel”**, apresentado por Valdo Melendre Jaminawa da aldeia Betel.

Este projeto é similar ao apresentado pela aldeia Laranjeira. Visa ordenar a produção de suínos nas duas aldeias vizinhas, de modo a evitar a propagação de doenças e evitar trânsito desses animais pelo interior da aldeia. Este projeto teve como objetivo a recuperação de áreas degradadas e o enriquecimento dos roçados e SAFs, para gerar uma maior diversificação na produção de alimentos, que envolve a aldeia Laranjeira e Betel.

3. **“Caminhando com o GATI”**, foi apresentado por Abraão Poleploha Cabral Souza Manxineri, aldeia Alves Rodrigues.

O projeto teve o objetivo de contribuir com o estabelecimento de um pequeno curral para recolher suínos que prejudicam as plantações nas aldeias. Também teve o objetivo de melhorar a dieta alimentar da comunidade, possibilitando o desenvolvimento e plantio de produtos agrícolas em consórcio com um sistema agroflorestal. Foram plantadas 50 mudas de laranja, 80 mudas de abacaxi, 15 mudas de ingá, 40 mudas de açaí, 20 mudas de manga, 6 mudas de graviola, 7 mudas de cupuaçu, 90 mudas de cana de açúcar. Estas mudas foram plantadas em um sistema agroflorestal, numa área de dois hectares.

4. “Jipyata (A cura)”, apresentado por Sebastião Alves Rodrigues Manxineri, aldeia Alves Rodrigues.

Este microprojeto foi apresentado com a finalidade de organizar, catalogar e registrar o saber Manxineri, principalmente em relação às questões relacionadas a saúde, através de conhecimentos tradicionais. Justificou-se esta necessidade pelo esquecimento dos saberes devido ao falecimento dos anciões, levando a iminência de uma perda de conhecimentos tradicionais. A iniciativa foi justificada pela importância dos mais velhos transmitirem estes conhecimentos sobre medicina para as novas gerações, de modo a diminuir as doenças que afeta os habitantes das aldeias. Para isso, os Manxineri montaram um canteiro com plantas medicinais, sob orientação de velhos Manxineri, e realizaram o registro em audiovisual de todo este processo. Com esta pequena ação, pretenderam resgatar, valorizar, transmitir e melhorar a qualidade de vida do povo Manxineri em geral.

5. “Quintal agroflorestal Jaminawa”, apresentado por Sebastião Batista da Silva Jaminawa, aldeia Boca do Mamoadate.

Um dos grandes problemas nas aldeias Jaminawa são causadas pelos animais de criação (gado, carneiros e porcos) que circulam livremente em suas aldeias, prejudicando plantações e roçados de maneira constante. De forma a atenuar os impactos desta situação, foi apresentado este microprojeto direcionado a proteger as áreas de fruteiras e outras unidades de plantação da aldeia Boca do Mamoadate. Para isso, foi realizado o cercamento de quintais, para que, sem a presença dos animais domésticos, se possa enriquecer os pomares e melhorar a alimentação na aldeia. Além deste cercamento, o projeto arcou também com o plantio de 200 mudas de frutíferas nas aldeias.

6. “Remédio tradicional Jaminawa”, apresentado por Claudio Malendée Jaminawa, aldeia Betel.

O objetivo do projeto foi a realização de aulas sobre medicina tradicional com o Pajé da Aldeia e o cultivo de uma pequena roça de remédios tradicionais na escola da aldeia. Estas aulas, direcionadas para 12 alunos, foram realizadas através de músicas, histórias e a coleta de remédio da mata. Teve como objetivo ensinar os alunos a identificar, colher e preparar mudas e sementes para plantar um roçado medicinal próximo à escola. Pretendeu-se com este projeto iniciar a criação de um complemento para a saúde prestada na comunidade pela medicina praticada pelo Estado. O projeto aprofundou o conhecimento da medicina tradicional através dos conhecimentos dos anciões, com o intuito que a dependência dos tratamentos oferecidos nas cidades da região diminua.

PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS (PPP-GATI)

O Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas⁵ (PPP GATI) é uma estratégia adicional de apoio a gestão Territorial e Ambiental Indígena adotada pelo GATI e implementada por meio abertura de editais para propostas de Organizações Indígenas e Indigenistas. Foram elaborados 2 pequenos projetos, detalhados a seguir:

1. O projeto “Monitoramento e vigilância das ameaças na TI Mamoadate com utilização de geotecnologias”, apresentado pela Comissão Pró-índio do Acre (CPI-AC)

O projeto teve o objetivo de fortalecer ações de vigilância e o monitoramento de ameaças à Terra Indígena Mamoadate, por meio da formação de jovens e adultos, a partir de práticas de mapeamento e uso de GPS. O uso das tecnologias serviu para fortalecer a proteção da Terra Indígena e manter informações atualizadas sobre ameaças. Este projeto foi realizado com agentes agroflorestais indígenas e outras lideranças. Foram oferecidas oficinas de formação para uso de GPS, além da construção de planos de monitoramento do território e das ameaças encontradas (estrada, infraestrutura viária e outros), inclusive aquelas que estão sofrendo os povos em isolamento voluntário, que se deslocam no entorno e na Terra Indígena Mamoadate.

Reunião entre os participantes do projeto PPP GATI “Cuidando da terra” (2015) ✓



2. O projeto “Cuidando da terra”, apresentado pela Associação Manxinerine Ywptowaka.

O projeto teve como objetivo a realização de atividades de educação ambiental, vigilância e monitoramento territorial. Foram considerados nas ações do projeto a presença de indígenas em isolamento voluntário dentro da Terra Indígena. Também foram realizados plantios de espécies nativas, visando a recuperação de 12 hectares de áreas degradadas e 06 hectares de áreas de nascentes. Esta proposta incluiu as seguintes aldeias: Peri, Jatobá, Santa Cruz, Laranjeira, Terra Alta, Alves Rodrigues, Senegal, Cumaru, Cachoeira, Lago Novo e Extrema.



Transporte de mudas, atividades do projeto apoiado pelo PPP GATI (2015) ✓

⁵ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

ATUALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO PGTA DA TI MAMOADATE

Em 2015 o Projeto GATI estabeleceu uma parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre-CPI-AC, através de uma **Carta de Acordo**, que teve como objetivo assessorar os Manxineri e Jamianawa na atualização e publicação do Plano de Gestão da Terra Indígena. Esta ação foi uma demanda do Conselho Local do GATI. Os trabalhos aconteceram no decorrer daquele ano de 2015 e início de 2016, quando foram gerados: 1) o PGTA da Terra Indígena Mamoadate atualizado, contendo os acordos de uso dos recursos naturais da Terra Indígena, e o 2) Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate, correspondente ao diagnóstico participativo e ao conjunto de mapas gerados nas oficinas de etnomapeamento/etnozoneamento.

✓ Mapa mental elaborado durante oficinas de atualização do PGTA da TI Mamoadate (2015)





Oficina de revisão de PGTA
da TI Mamoadate (2015)

No decorrer do trabalho, foi feita a atualização das informações, de forma a contemplar as várias mudanças ocorridas na última década, que exigiu novas discussões e novos acordos comunitários. Em especial, foi realizada uma discussão mais profunda sobre o fluxo de indígenas em isolamento voluntário, a necessária ampliação de SAFs e o diálogo com a soberania alimentar dos povos Manxineri e Jaminawa que compartilham o território.

As oficinas de atualização aconteceram entre os meses de abril de 2015 a janeiro de 2016. Os trabalhos foram realizados conjuntamente com a MAPKAHA (Organização do Povo Manxineri do Rio Iaco) e a AMAAIAC (Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas), contou também com a participação das organizações indígenas que representam o povo e/ou principais lideranças da TI e os agentes agroflorestais indígenas. As oficinas de etnomapeamento e atualização do PGTA serviram para recolher novas informações, fazer o levantamento do uso dos recursos naturais e de dados socioeconômicos e ambientais, que são informações essenciais para subsidiar as discussões de uso e manejo dos recursos naturais.



Participantes das oficinas de revisão
do PGTA da TI Mamoadate (2015)



Oficina de revisão de PGTA
da TI Mamoadate (2015)

Nas oficinas foram aprofundados e discutidos as formas de uso e manejo dos recursos próximo às aldeias e moradias, detalhando, ainda, as formas de ocupação e infraestrutura de cada aldeia. Em bases cartográficas (carta-imagem e mapa hidrográfico da TI), realizaram uma discussão sobre temas mapeados anteriormente, tais como: caça, pesca, extrativismo, além da inclusão de novos temas, destacando a ocupação da TI por povos indígenas em isolamento voluntário. Com o objetivo de complementar as informações de alguns mapas temáticos, foi realizado o levantamento e diagnóstico do uso dos recursos naturais. Durante esses levantamentos, foi discutida a situação dos recursos, com grau de maior ou menor ameaça e a situação de uso e manejo desses recursos.



As atividades realizadas durante as oficinas trouxeram discussões de temas imprescindíveis para a atualização do PGTA, possibilitando que os participantes refletissem sobre toda a situação da TI, de um ponto de vista cultural, social, ambiental e econômico. Registraram os processos e a continuidade das ações que as comunidades já vêm trabalhando para a gestão de sua terra.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TI MAMOADATE

Os próximos passos da gestão ambiental e territorial na Terra Indígena é basicamente apoiar e desenvolver as ações de gestão contidas no PGTA, colocando o Plano de Gestão para funcionar. Para esse apoio ser efetivo, os conselheiros apontaram a necessidade de apoio para a formação de articuladores indígenas para acompanhamento dos projetos em andamento; e agentes ambientais para o monitoramento do território ocupado por povos indígenas em isolamento voluntário. Além destas ações, foi ressaltada ainda a necessidade de se realizarem oficinas mais abrangentes sobre legislação ambiental e indigenista, especialmente ao que tange a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial Ambiental de Terras Indígenas) e Convenções Internacionais referentes aos povos indígenas.

Entre as mais importantes ações, estão o combate às várias ameaças no seu entorno, como construção de ramais para o escoamento de madeira retirada ilegalmente e a perfuração de petróleo do lado peruano. Neste contexto de vigilância e fiscalização, precisam contar com o apoio da Funai, Polícia Federal, Exército, IBAMA, IMAC entre outros órgãos competentes, além de ações de formação de agentes de vigilância e a reabertura de picadas de demarcação da Terra Indígena.

Outra importante ação é o enriquecimento dos sistemas agroflorestais (SAFs) que se encontram próximos das aldeias. Precisam de um apoio efetivo aos agentes agroflorestais para que todas as aldeias tenham um SAF bem diversificado. Para isso, será buscado o apoio da AMAAIAC e CPI/AC para formar os AAFIs Jaminawa e Manxineri da TI Mamoadate, para que possam orientar e trabalhar na implantação destes sistemas e quintais agroflorestais. Para isso, é necessário a articulação com parceiros para o reconhecimento, por parte do Estado, do agente agroflorestal indígena como uma categoria profissional.

No campo da preservação e recuperação das poucas áreas degradadas da Terra Indígena, existe o projeto de se realizar um grande plantio de castanha e seringa. Para isso se concretizar, é necessário apoios externos para o fornecimento das mudas dessas espécies para as comunidades. Além disso, há necessidade de proteger sementes tradicionais, evitando sementes híbridas e transgênicas.

TERRAS INDÍGENAS
GALIBI,
JUMINÃ
E UACÁ



INTRODUÇÃO

As Terras Indígenas Galibi (6.690 hectares), Juminã (41.601 hectares) e Uaçá (470.164 hectares) são Áreas de Referência do Projeto GATI. São localizadas na região do Oiapoque no norte do estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Pelo fato de formarem um bloco territorial contínuo e desenvolverem um programa de gestão ambiental e territorial integrado, elas serão tratadas de forma conjunta. São habitadas pelos povos indígenas Palikur, Galibi Marworno, Karipuna e Galibi Kalin'a e se autodenominam "Povos Indígenas do Oiapoque". Os Galibi kali'na não são ocupantes tradicionais de longa data; vieram em 1950 da região do Mana, na Guiana Francesa. A população das três TIs é de cerca de sete mil pessoas distribuídas em 49 aldeias e, falantes de três línguas distintas: o patoá-falado pelos Karipuna e Galibi Marworno; o palikur - falado pelos Palikur; e o kalin'a, falado pelos Galibi Kalin'a. Também falam português e o francês, por conta da proximidade com a Guiana Francesa.

Os quatro povos compartilham entre si um passado marcado pelo contato com os europeus, com episódios de grandes conflitos, guerras e alianças. Nesse processo muitos povos desapareceram e outros foram incorporados a outros grupos, e se configuraram nos atuais povos indígenas do Oiapoque. A luta pelo reconhecimento territorial se iniciou ainda na década de 1970, quando os quatro grupos indígenas começaram um processo de organização política, com a realização das grandes assembleias e a criação das primeiras organizações indígenas. A maior conquista desse processo foi a homologação das três Terras Indígenas entre 1982 e 1992.

As Terras Indígenas do Oiapoque estão localizadas no Bioma Amazônia e são compostas por uma paisagem diversa que inclui campos alagados com ilhas floresta de terra firme, montanhas rochosas, manguezais e manchas de cerrado. Tem como uma das suas principais características possuir grandes campos alagados. Os campos e as florestas de terra firme que estão localizadas a oeste das Terras Indígenas do Oiapoque somam 91% da área.

CONTEXTO

Os rios Uaçá, Urucauá e Curipi são os principais rios da região. Suas nascentes estão dentro das Terras Indígenas, apesar de vários de seus afluentes estarem fora de seus limites. Além disso, as três Terras Indígenas são cortadas pela BR-156, próximo às suas cabeceiras. A influência da maré, sobre os rios das TIs que deságuam no oceano Atlântico permite um ambiente único com solos argilosos e terrenos inundáveis, com formação de lagos e ilhas. As Terras Indígenas do Oiapoque limitam-se a leste com o PARNA Cabo Orange administrado pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), havendo uma área de sobreposição de 16.375 hectares, correspondendo a 3,5% da TI e 2,5% do Parque. Os Povos Indígenas do Oiapoque juntamente com FUNAI e os gestores do Parna Cabo Orange desenvolvem ações conjuntas de proteção ambiental nas áreas do entorno e de sobreposição, além de atividades de prevenção de incêndios nos campos.

A maioria da população indígena das TIs do Oiapoque vive nas pontas de ilhas de terra firme cercadas por campos inundados. Cada etnia ocupa uma região diferente, em geral associada aos principais rios das Terras Indígenas. Os Palikur distribuem-se na região do rio Urucauá, os Karipuna e os Galibi Marworno respectivamente nos Rios Curipi e Uaçá, os habitantes da TI Uaçá e os Galibi Kalin'á no Rio Oiapoque. Os povos indígenas do Oiapoque são conhecidos na região como grandes produtores de farinha e outros derivados da mandioca da qual possuem, pelo menos, 60 variedades distintas. Esses produtos são comercializados na cidade de Oiapoque e na vizinha Saint Georges, no lado da Guiana Francesa. Também plantam nos chamados “baixões” ou “*mahecaj*” (em patoá) laranja e banana. Nos quintais das casas cultivam plantas medicinais, árvores frutíferas e outras para uso doméstico. As roças familiares são implantadas coletivamente por meio de mutirões denominados *Maiuhi em patoá*, que são momentos



TIs Galibi, Juminã e Uaçá



77





Paisagem na TI Uaçá (2009)

O açafó ou o “Uasei” (em patoá) é um dos alimentos importantes na dieta dos povos do Oiapoque e é coletado na estação chuvosa entre os meses de maio e julho. Ocorre em grande abundância nas várzeas da região de confluência dos rios Uaçá e Curipi e, em menor densidade, nos baixios da floresta de terra firme. Da floresta também são extraídos óleos medicinais como de andiroba ou de caroço de tucumã e ainda madeira para construção de casas, canoas e outros fins. A região é muito rica em pescado, principalmente nas áreas dos campos alagados, mangues e rios, sendo as espécies mais encontradas a piranha, pirarara, filhote, pacú, trairão, piramutaba e atipá. Nas aldeias estabelecidas em áreas de floresta de terra firme, ao longo da BR-156, a pesca é uma atividade menos importante sendo a caça mais frequente em comparação às áreas de campos periodicamente alagados onde se encontra a maioria da população.

Há intensa produção de artesanato tanto para o uso cotidiano e ritual quanto para venda. São usadas sementes, frutos, tintas, penas de aves, dentes e ossos de animais, madeiras e fibras. Os bancos rituais em forma de animais usados na cerimônia do Turé são esculpidos em madeira como o cedro e o marupá e pintados com tinturas naturais. As miçangas também são amplamente utilizadas para fabricação de colares e pulseiras.

✓ Exposição permanente no Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí (2014)



O Museu Kuahi, localizado na cidade de Oiapoque, é gerido pelos povos indígenas, com quadro de funcionários por representantes das quatro etnias. O acervo do museu retrata a cultura passada e presente dos povos do Oiapoque, realiza exposições periódicas sobre os saberes e fazeres das tradições indígenas baseadas em pesquisas feitas pelos pesquisadores indígenas do Museu.

A formação dos pesquisadores indígenas se deu através de parceria com o Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.



A BR 156 que liga os municípios de Oiapoque à capital Macapá atravessa a TI Uaçá em 44 quilômetros na sua porção sudoeste, dominada por florestas de terra firme. Muitas das ameaças enfrentadas pelos indígenas do Oiapoque estão associadas a problemas vindos de fora das TIs, incluindo o crescimento populacional no entorno e obras de infraestrutura que causaram algumas mudanças drásticas na vida das pessoas e no meio ambiente, como a citada rodovia.

O aumento da população indígena também configura um desafio para os indígenas do Oiapoque. Essa pressão se dá em função da quantidade limitada de áreas disponíveis para agricultura nas ilhas de terra firme da região dos campos alagados.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os grupos indígenas das TIs do Oiapoque possuem uma história comum e secular de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais. O resultado desse acúmulo de interações trouxe transformações que provocaram separações de grupos, de aldeias, com formação de novos agrupamentos, substituição de outros e aquisição de novos costumes e tradições. Mas apesar das semelhanças e características socioculturais, cada um desses povos mantém identidade própria, com suas organizações políticas, territoriais e religiosas específicas.

O Turé é a maior expressão ritual e é compartilhado entre os Karipuna, Gabili Marwono e Palikur. É realizado em agradecimento às curas pelos **karuãna**, seres que habitam o mundo dos invisíveis. No Turé se dança, se bebe o caxixi, bebida fermentada à base de mandioca que é ofertado aos karuãna em agradecimento às curas, que são realizadas pelo intermédio dos pajés. Na cosmologia desses povos, as aves ocupam lugar de destaque porque ajudam os pajés nas curas. Os Galibi Kali'nã não são adeptos do Turé. Antigamente este povo praticava rituais funerários ou no fim de um luto que reuniam muitas famílias, entoados pelos cantos das mulheres e batidas de tambor.

Atualmente a principal e mais abrangente representação política é o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) uma organização sem formalização jurídica. O conselho é composto pelos caciques de cada aldeia e algumas lideranças com atuação reconhecida pelas comunidades. Existem outras organizações que representam povos ou segmentos da população como a Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), a Organização Indígena da Aldeia Kumarumã (OINAK), a Associação Indígena Palikur (AIPA) e a Associação Indígena do Povo Karipuna (AIKA). Os indígenas também participam ativamente da política partidária do município de Oiapoque. Como representam cerca de 20% da população do município, já elegeram vereadores e prefeito indígenas.



Turé dos Karipuna na aldeia Manga (2009) 

ANTECEDENTES DO GATI NAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

A discussão sobre a gestão sócio ambiental das TIs do Oiapoque iniciou-se mais formalmente em 2002 em parcerias firmadas entre as organizações indígenas de Oiapoque e as organizações TNC e Iepé e a FUNAI. Essas ações impulsionaram o fortalecimento e valorização da cultura e a reflexão sobre a sustentabilidade ambiental visando enfrentar desafios como os empreendimentos de infraestrutura, o aumento da população, a integridade do território e seus recursos e o bem-estar dos povos a eles associados e anseios atuais da população indígena.

Um marco importante destas iniciativas foi a formação do grupo de Agentes Ambientais Indígenas para atuar no manejo dos recursos naturais, legislação ambiental e direitos indígenas. O papel dos agentes ambientais indígenas era de orientar os demais membros das comunidades indígenas sobre a necessidade de planejar o uso dos seus territórios. As capacitações ocorreram entre os anos de 2003 e 2007. Uma das atividades feitas pelos AAI foi a construção do Etnomapa das Terras Indígenas, elaborado entre 2002 e 2003. A atividade possibilitou aos indígenas cartografarem seus conhecimentos histórico culturais e ambientais e de ameaças associados às paisagens.

As ameaças e desafios cada vez mais presentes nas TIs, e o acúmulo das experiências em processos participativos de debates e reflexões sobre a gestão do seu território e dos recursos naturais culminou com a elaboração do Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque. O Plano de Vida foi formulado pelos povos indígenas em parceria com a TNC, Iepé, FUNAI, Eletronorte e GIZ (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável)

em 2008. Estruturado em seis eixos orientadores – Saúde, Educação, Cultura, Movimento Indígena, Meio Ambiente e Produção - o Plano de Vida contém diretrizes para orientar ações e investimentos governamentais e não governamentais em torno das prioridades definidas pelos índios para responder aos seus anseios de futuro e de bem-estar.



✓ Turé dos Karipuna na aldeia Manga (2009)



O programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque foi construído em 2010 em função da urgência para lidar com impactos socioambientais decorrentes dos projetos de infraestrutura na região. Ele foi construído a partir das diretrizes e dos eixos do Plano de Vida. Sua construção foi focada nos eixos: 1- Território e Meio Ambiente e 2- Produção. Foi elaborado de forma a articular uma rede de parceiros e financiamentos mais diretamente alinhados com estes temas. O Programa de Gestão é constituído por 3 eixos: 1- Controle e Proteção territorial, 2- Manejo e uso sustentável dos Recursos Naturais e 3- Formação para a Gestão Ambiental.

AÇÕES DO PROJETO GATI NAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

A primeira fase do Projeto GATI nas TIs do Oiapoque ocorreu entre 2012 e 2013, quando foram realizadas várias reuniões para o esclarecimento sobre o Projeto, oficinas de planejamento de ações e articulações para a implementação com participação de parceiros locais. Nas reuniões iniciais foram escolhidos representantes do Conselho Regional do Projeto GATI composto por representantes indígenas, governamentais e não governamentais que definiu as linhas locais de atuação do Projeto. Tais ações focaram principalmente a implementação do Plano de Vida e do Programa de Gestão Territorial e Ambiental, em projetos comunitários e no fortalecimento das organizações indígenas e representações governamentais para implementar projetos de gestão ambiental e territorial. Foram realizados 2 intercâmbios entre representantes indígenas das Áreas de Referência da Amazônia Oriental para troca de experiências de gestão do território e as estratégias específicas de cada região.

O Projeto GATI definiu também um consultor regional para fomentar e acompanhar as atividades propostas pelo Conselho Regional no âmbito do GATI. Ainda nessa primeira fase, a consultoria regional do Projeto elaborou projetos para as três TIs, em parceria com o Conselho Regional, a CR FUNAI Amapá e Norte do Pará e outras lideranças indígenas para serem inseridos e financiados dentro do planejamento anual da FUNAI e para a chamada de Microprojetos do GATI.

AÇÕES DA CARTA DE ACORDO GATI E TNC

Visando melhorar a implementação do Projeto GATI nas TIs do Oiapoque, foi firmada uma Carta de Acordo com a organização não governamental The Nature Conservancy (TNC), instituição que atua com esses povos desde 2001. O objetivo foi implementar ações dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas entre 2014 a 2016. O arranjo institucional para execução da Carta de Acordo incluiu o Iepé, Coordenação Regional da FUNAI Amapá e Norte do Pará e suas CTLs e o Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) que já atuam em parceria na elaboração e execução de projetos de gestão ambiental e territorial nas TIs do Oiapoque.

Por meio de Acordo de Cooperação com a TNC, o Iepé foi a principal instituição envolvida na execução das atividades da Carta de Acordo, pelo seu histórico de trabalhos na região. A consultora regional do GATI, Rosélis Mazurek acompanhou a execução da Carta de Acordo por meio de interlocução entre a Unidade de Gestão do Projeto GATI (UGP), TNC, Iepé e CCPIO e as comunidades nas aldeias. A parceria indígena foi principalmente com o CCPIO. A seguir, são descritas as ações baseadas nos PGTA das TIs do Oiapoque:

ETNOZONEAMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS DE OIAPÓQUE

“A DELIMITAÇÃO DOS NOSSOS TERRITÓRIOS SE ESTABELECEU PELA NOSSA HISTÓRIA E ESTÁ AQUI, DENTRO DA NOSSA CABEÇA. O ATO DE COLOCÁ-LOS NUM MAPA NÃO É PARA DIVIDIR, MAS PARA AJUDAR A PLANEJAR MELHOR O SEU USO NO LONGO PRAZO.”

Domingos Santa Rosa Galibi Marworno

Etnozoneamento na aldeia Santa Izabel (2014)





A proposta de Etnozoneamento das TIs do Oiapoque originou-se a partir de categorias de uso já existentes e surgidas das discussões e elaboração dos mapas feitos nas aldeias. O conceito de *etnozoneamento* foi compreendido no processo de discussão coletiva, desde a percepção, classificação e descrição dos elementos da paisagem (“No Late”, em patoá). Foram identificados, por meio do etnozoneamento, a distribuição da vegetação, da fauna aquática e terrestre no território, os pulsos sazonais e suas repercussões nas atividades cotidianas de subsistência, o funcionamento dos sistemas naturais e ecologia, a presença e relação de seres espirituais com locais, a distribuição geográfica distinta das áreas de uso dos recursos naturais pelas comunidades e regulamentos associados presentes nas aldeias. Tais categorias ilustraram a mesma lógica de ordenamento geográfico que o zoneamento propõe tornando, assim, o instrumento algo familiar às práticas locais.

Os índios produziram mapas mentais muito detalhados da hidrografia, tipos de vegetação, locais de concentração de recursos florísticos, locais de ocorrência de espécies de fauna aquática e terrestre incluindo áreas de reprodução e ninhais de aves aquáticas, locais históricos, moradas de seres sobrenaturais e mitos descritos de formas extremamente minuciosas. Incluiu também categorias ligadas a situações recentes como áreas de invasões para extração ilegal de recursos e expansão futura de roças.

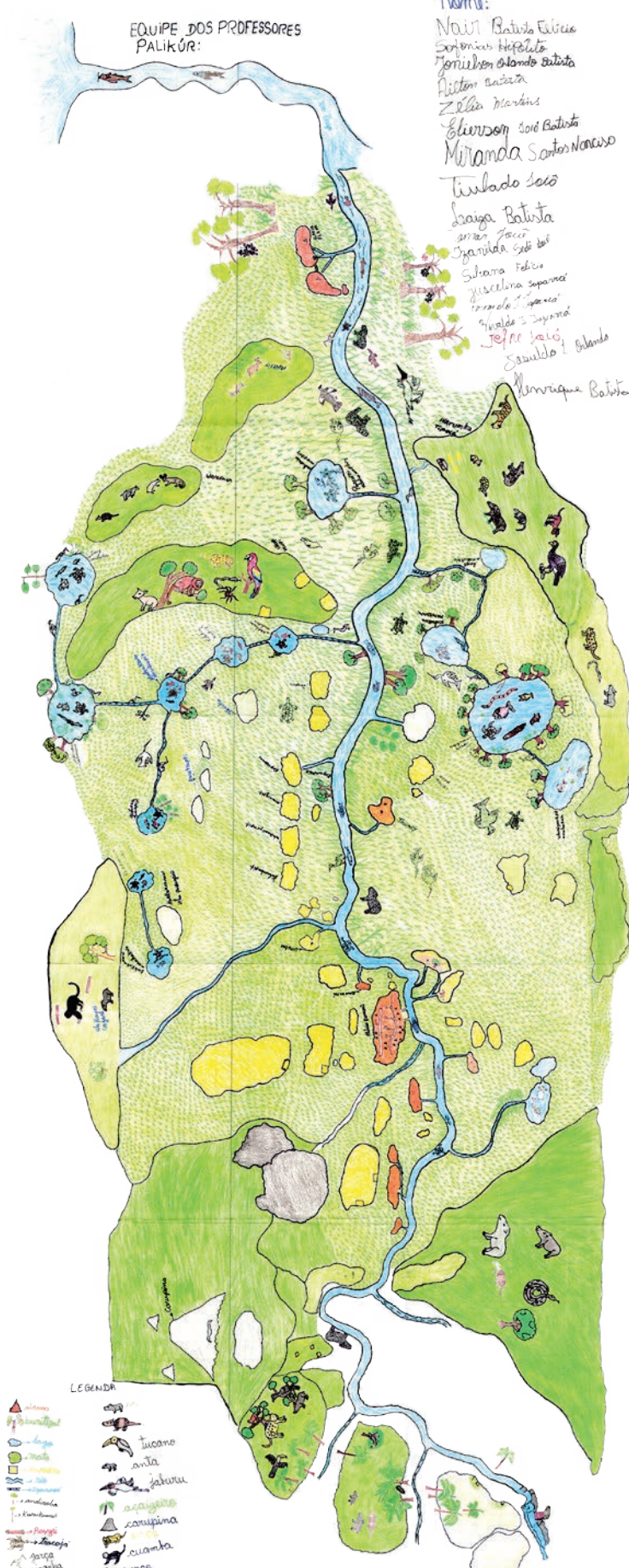
O *etnozoneamento* foi discutido como uma ferramenta que ajuda a planejar o uso do território e seus recursos naturais de relevância ambiental e sócio cultural no longo prazo. A partir dele pode-se selecionar áreas ou definir intensidade de uso diferenciadas para determinadas atividades de subsistência (caçar, pescar, proteger, enriquecer, repovoar, plantar, manejar, reflorestar, intensificar, extrair) ou escolher espécies alvo para o zoneamento, de acordo com o interesse dos povos indígenas. A reflexão sobre o zoneamento também evidenciou como as estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais podem ter funções mitigadoras da intensidade de extração e ordenamento do uso do espaço que decorrem de um modo intrínseco de viver dos índios, que contribui para a manutenção de processos ecológicos que por sua vez conservam recursos naturais importantes para estes povos no futuro.

Um aspecto essencial é que a construção do etnozoneamento abriu um diálogo e aprendizado mútuo entre jovens e adultos de ambos os sexos, anciãos, professores, lideranças e agentes ambientais. Um resultado adicional foi a constatação de que muitas práticas locais associadas às diferentes categorias do etnozoneamento ainda eram desconhecidas por muitos jovens das aldeias, suscitando a necessidade de medidas que estimulem a curiosidade deles em conhecer os lugares e os traços socioculturais e ambientais a eles associados e fortalecer seus laços identitários com o território.

Mapa de Recursos Naturais
da aldeia Kumené.

Name:

Nair Batista Elisea
 Soromenis Hekilete
 Jorlaine Glorinda Batista
 Dilete Batista
 Zilene Martins
 Elviny de Batista
 Miranda Santos Norcross
 Tinslado Leco
 Laiza Batista
 Anan Jaco
 Granilda Gde Lf
 Silvana Fideia
 Jucelina Sampaio
 Rosalinda Lapaia
 Glorinda Sampaio
 Jofre Jairo
 Soraia Glenda
 Henrique Batista



Etnomapa produzido durante
as oficinas de etnozoneamento
das TIs do Oiapoque (2014)

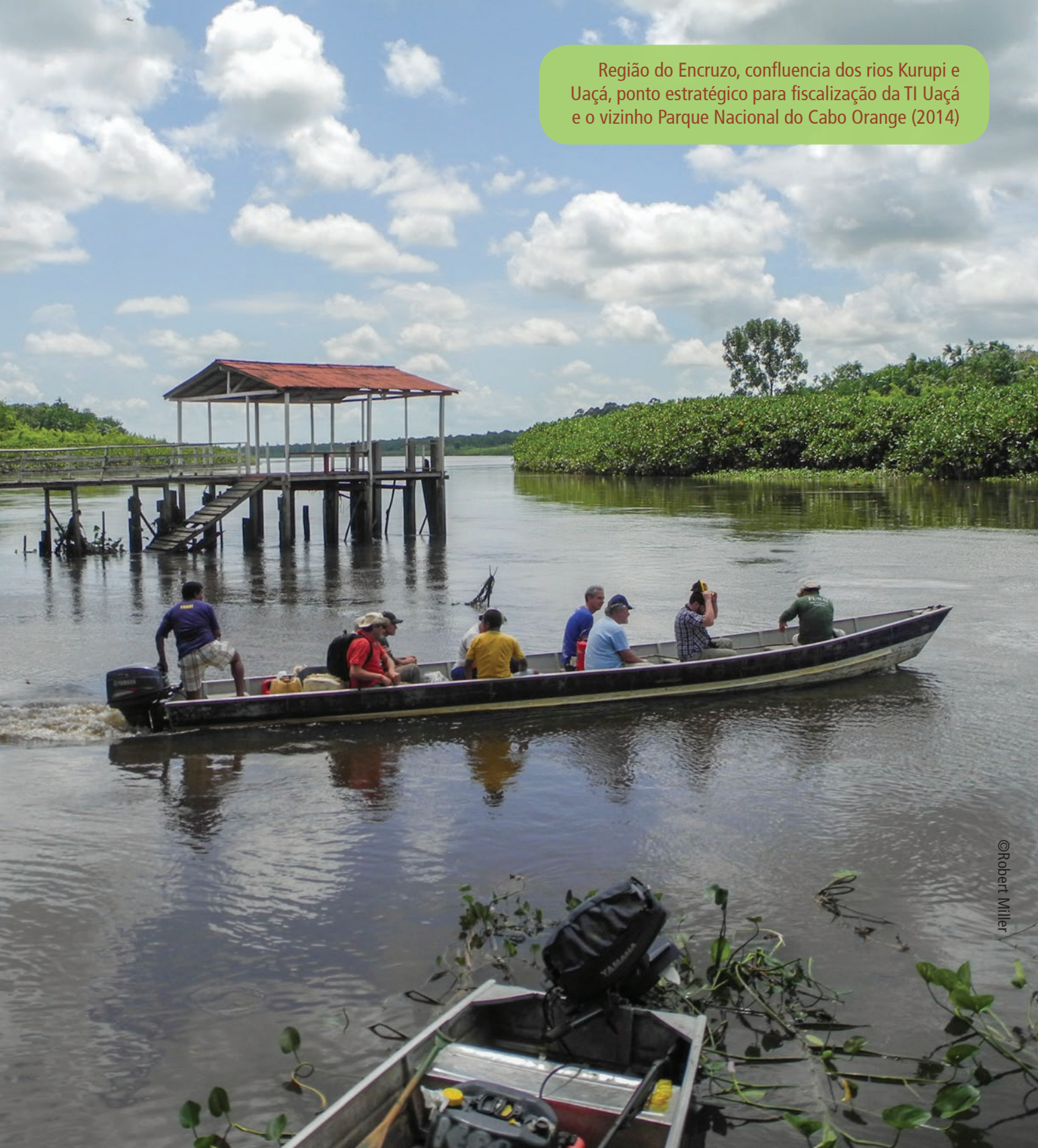
PLANO INTEGRADO DE PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS DE OIAPOQUE E PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

As Terras Indígenas Juminã e Uaçá fazem limite com a Floresta Estadual do Amapá a sudoeste e o Parque Nacional Cabo Orange (Parna CO) a leste, incluindo uma área de sobreposição. Há um histórico de diálogo entre os índios e os gestores do Parna Cabo Orange na realização de ações pontuais de vigilância em áreas vulneráveis para controlar ameaças territoriais de interesse mútuo. A construção de um plano integrado de proteção é decorrente deste histórico e de avanços na gestão das Terras Indígenas efetuadas pelos índios e seus parceiros apoiados por políticas públicas recentes. O plano integrado de proteção das TIs de Oiapoque e o Parna Cabo Orange foi estruturado para controlar quatro grupos de conflitos já diagnosticados pelos índios e que afetam também o parque: a pesca ilegal, o fogo descontrolado nos campos, as situações de assalto, poluição e degradação ambiental no entorno, e projetos de desenvolvimento na região.

A elaboração do Plano Integrado de Proteção das TIs do Oiapoque e do Parque Nacional do Cabo Orange contou com a participação de lideranças indígenas, associações indígenas, FUNAI, ICMBio e Iepé. Foram prioridades as regiões críticas para vigilância, como a região conhecida como Encruzo e o Lago Maruane, na área de sobreposição. O Encruzo já foi um local de valor estratégico na década de 50 por ser o principal acesso as TIs, onde os Rios Curipi e Uaçá se encontram para desaguar no Oceano Atlântico entre a TI Juminã e o parque. Além de ser uma área de manguezais importante para alimentação e reprodução de peixes utilizados pelos índios é local de ocorrência de peixe boi amazônico (*Trichechus inunguis*) e, possivelmente, do peixe boi marinho (*Trichechus manatus*), ambos listados como espécies ameaçadas de extinção pela **União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN)**. Os manguezais do norte do Parna Cabo Orange e da Terra Indígena Juminã abrigam grande número de dormitórios de garças (*Ardea alba*, *Egretta thula*, *Egretta caerulea*), guarás (*Eudocimus ruber*) e colhereiros (*Platalea ajaja*), além de algumas cegonhas (*Mycteria americana*, *Ciconia maguari* e *Jabiru mycteria*). A proteção dessas áreas também contribui para preservação dessas aves, pois no período de muda (setembro a novembro) tornam-se muito vulneráveis a predação e caça. A região se destaca também por ser uma área de alimentação de flamingos (*Phoenicopterus ruber*) e um dos poucos locais de ocorrência de colônias reprodutivas da espécie em solo brasileiro. Lá também são encontradas grandes concentrações de espécies migratórias de maçaricos e batuíras, vindas do Hemisfério Norte entre setembro a abril.

A proposta preliminar do Plano de Proteção prevê etapas de curto médio e longo prazo. Propõe o estabelecimento de possibilidades de acordos de pesca com a Colônia de Pesca do Oiapoque para a região do Encruzo, o estabelecimento de uma base de monitoramento flutuante no Lago Maruane, na área de sobreposição em parceria com o ICMBIO; o fomento

Região do Encruzo, confluência dos rios Kurupi e Uaçá, ponto estratégico para fiscalização da TI Uaçá e o vizinho Parque Nacional do Cabo Orange (2014)



©Robert Miller

e apoio a instalação de aldeias ou núcleos familiares em áreas críticas de invasão, a articulação de ações de vigilância com as diversas instituições governamentais atuando em áreas de fronteira e o estabelecimento de um fundo comunitário para apoiar a sustentabilidade financeira do plano.



APLICAÇÃO E ANÁLISE DE QUESTIONÁRIOS SOBRE MONITORAMENTO AMBIENTAL E DE BEM-ESTAR HUMANO NAS TIs UAÇÁ, JUMINÃ E GALIBI

“A EXPERIÊNCIA DE APLICAR A FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DA GESTÃO PERMITIU REFLETIR DE MODO MAIS PROFUNDO A GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DA TI E OS DIFERENTES TIPOS DE DESAFIOS ENFRENTADAS EM CADA ALDEIA DAS TIs.”

Yanomami Santos Silva, AIKA

O Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF, financiador do Projeto GATI, monitora e avalia a efetividade da gestão dos projetos na linha de biodiversidade e áreas protegidas através uma ferramenta chamada METT (*Management Effectiveness Tracking Tool*). A transposição direta da aplicação desta ferramenta para avaliar a gestão em TIs, no entanto, revelou algumas inadequações e limitações. As diferentes origens e funções das áreas protegidas e das Terras Indígenas fazem com que a gestão ambiental dessas duas entidades fundiárias partam de pressupostos e perspectivas diferentes. Terras Indígenas e unidades de conservação contribuem para a conservação, mas este resultado é decorrência de caminhos percorridos que são distintos, no caso das Terras Indígenas, movidos por razões culturais, ambientais e econômicas próprias. Dessa forma, o Projeto GATI desenvolveu propostas alternativas para avaliar a gestão das Terras Indígenas. A adaptação da ferramenta de gestão ambiental e territorial para Terras Indígenas foi desenvolvida pelo antropólogo Paul Little no âmbito da Carta de Acordo com a TNC. A ferramenta considera a complexidade da gestão nas Terras Indígenas identificando e delineando seis dimensões da sustentabilidade divididas em ações e condicionantes:

- **Gestão ambiental:** Condições biofísicas da TI; Riscos biológicos e climáticos; Escassez de recursos naturais; Educação ambiental; Plano de gestão;
- **Gestão econômica:** Meios de produção e sustentação; Relacionamento da TI com as forças de mercado; Ingressos e manejo de recursos monetários; Venda de produtos da TI;
- **Gestão territorial:** Situação jurídico-fundiária da TI; Ameaças externas a TI; Segurança física e geográfica da TI; Manejo dos conflitos socioambientais;
- **Gestão organizativa:** Sistema interno de governança; Instituições que fazem a gestão; Capacidades organizativas; Capital social; Conhecimentos que fundamentam a gestão;
- **Gestão de parcerias:** Parceiros que ajudam o povo indígena; Projetos que essas parcerias financiam e/ou assessoram; Apoios técnicos recebidos da sociedade nacional;
- **Gestão cultural e do bem-estar:** Indicadores de bem-estar: educação, saúde, cultura, juventude; Problemas internos da TI; Dinâmicas socioculturais.

As ações de gestão são aquelas onde os gestores podem interferir e ajustar; as condicionantes de gestão são definidas como situações que afetam a gestão das TIs, mas não estão sob o controle dos gestores e não podem ser avaliados da mesma forma. Apesar de não poderem ser diretamente controlados, a análise das condicionantes é importante porque permite avaliar o contexto no qual a TI se insere. A partir daí é possível entender o que podem fazer para apoiar, neutralizar ou piorar a situação da gestão da área em questão.

A ferramenta foi aplicada nas TIs do Oiapoque levando em consideração as peculiaridades das TIs, que variam grandemente em tamanho e composição. O questionário que compõem a ferramenta foi aplicado em três diferentes escalas: em âmbito de TI, por etnia e em uma amostragem de aldeias. Os grupos variaram em quantidade e composição de pessoas, organizações indígenas, caciques, professores e agentes ambientais. A avaliação geral composta pelas seis dimensões da gestão foi considerada boa. Alguns pontos considerados ruins estavam associados à escassez de determinadas espécies da fauna importantes na alimentação, como o queixada (*Tayassu pecari*) e o mutum (*Crax sp.*). Alguns pontos que precisam ser melhorados são a formação de mais pessoas em legislação ambiental e indigenista, impactos de atividades de mineração e projetos de infraestrutura; melhorar a divulgação e disponibilização de informações científicas existentes sobre as TIs e sobre parcerias e projetos em curso.





Aplicação do questionário sobre monitoramento ambiental e de bem estar humano nas Tís Uaça, Juminã e Galibi (2014)



REARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO DA AGENDA DOS AAIs-AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS

Os Agentes Ambientais Indígenas das TIs do Oiapoque foram inicialmente formados para ações de gestão ambiental em módulos temáticos entre 2003 e 2008 com o apoio da TNC. Após um período de interrupção a discussão sobre formação dos AAIs (denominados Agentes Socioambientais Indígenas, os ASAs no PPP construído pelo Iepé) foi retomada num encontro em abril de 2015, no âmbito do projeto *Fortalecimento da gestão ambiental de Terras Indígenas na Amazônia como estratégia de controle do desmatamento e de promoção do bem-estar das comunidades indígenas* - IGATI (TNC/Iepé, Fundo Amazônia – BNDES) 2.

O encontro reuniu AAIs, representantes da AIKA, AIPA, AMIM, CCPIO, professores, jovens, representantes de aldeias, CR FUNAI Amapá e Norte do Pará, TNC e Iepé. Os temas incluídos foram a trajetória de formação dos AAIs, sua importância nas ações em temas da realidade vivida nas aldeias indígenas do Oiapoque, entre elas: a destinação do lixo, atividades de alternativas econômicas, proteção de espécies em declínio e o manejo e comercialização de produtos extrativistas importantes como o açaí (*Euterpe oleracea*). Os participantes também redefiniram o perfil e o número de AAI por região para formação e execução das novas atividades previstas dos projetos em curso. A formação dos 27 AAIs escolhidos e aprovados pelo Conselho Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) será retomada com quatro módulos.

FORMAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS INDÍGENAS - CURSO “NOÇÕES BÁSICAS DE GPS E CARTOGRAFIA”

O primeiro curso da nova fase de formação dos AAIs versou sobre noções teóricas e práticas básicas de cartografia e uso de GPS, para fortalecer as atividades de monitoramento e vigilância do Plano de Proteção das TIs. Os indígenas estudaram os usos operacionais e políticos da cartografia e tipos de representações cartográficas. Incluiu-se exercícios práticos de orientação com bússola, marcação de ponto em GPS, trajeto, rota, cálculo de distância e área. O curso contou com a participação de Agentes Ambientais Indígenas, jovens atuantes em atividades de vigilância nas TIs e mulheres num total de 21 pessoas representando as cinco regiões (Rios Uaçá, Curipi, Urukauá, Oiapoque e BR-156). O curso somou 50 horas aula, sendo 25 teóricas e 25 práticas, ministrado pelo Prof. Dr. Giancarlo L. Frabetti (Geografia - UNIFAP Campus Binacional) na Escola Indígena Jorge Iaparrá, na aldeia Manga na TI Uaçá entre 17 e 21 de agosto de 2015.



ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E PESQUISA DE MERCADO DO AÇAÍ IN NATURA DAS TERRAS INDÍGENAS UAÇÁ, JUMINÃ E GALIBI

O açaí é um produto extrativista abundante e muito importante para a alimentação e geração de renda dos Povos Indígenas do Oiapoque. Tem grande relevância para a sustentabilidade econômica e ambiental e papel importante na conservação das Florestas tropicais pelas formas locais de extração de baixo impacto, que mantem



a floresta em pé e ao mesmo tempo gera renda para as comunidades, devido ao preço no mercado atual. No Plano de Vida e no Programa de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas do Oiapoque, a produção e comercialização do açaí é apontada como estratégia de geração de renda. Porém as dificuldades de comercialização e escoamento do produto se apresentaram com um problema para implementação da atividade. A partir da escolha prioritária de melhoria do manejo e comercialização do açaí pelos índios, a TNC apoiou um estudo sobre o funcionamento da cadeia de produção do açaí vendida *in natura*, identificando mercados potenciais e novas estratégias de comercialização.

A maior parte dos frutos de açaí são extraídos da TI Uaçá e, em menor escala, na TI Galibi. A comercialização atende diferentes mercados incluindo o interno, feito entre as aldeias; o mercado local nas cidades do Oiapoque e Saint George d' Oyapok na Guiana Francesa, cujo destino são pequenos comércios de polpa de açaí ou "batedeiras" e, por último, as fábricas de polpas de Macapá e Santana.

As distâncias percorridas e as dificuldades de transporte aumentam muito os custos de produção. Isto muitas vezes não compensa o esforço de retirar o açaí da TI e levá-lo até as cidades. Além disso, outra dificuldade é que indígenas usam o mesmo transporte para levar o açaí da TI até a cidade do Oiapoque, principalmente os produtores que residem ao longo da BR 156. Como consequência chegam juntos e saturam o mercado local com açaí provocando diminuição do preço. O estudo apontou que o descompasso entre as demandas do mercado e a oferta da produção é um dos maiores problemas enfrentados, pois há uma ausência de estratégia na logística de distribuição da produção e de diálogos entre os produtores e compradores. Isto coloca os produtores das aldeias na situação de concorrentes e diminui o poder de barganha de todos, dificultando assim o estabelecimento de relações de confiança entre fornecedores e clientes. As fábricas de polpa de Macapá e Santana são mercados a serem considerados, que poderiam representar uma oportunidade de mobilizar os produtores e melhorar o poder de negociação, mas que demandam um volume bem maior de produção. O estudo propõe um esquema integrado de oportunidades de mercado para as diferentes aldeias sem que elas concorram entre si e com logística mais viável.

O estudo também apontou a comercialização dentro da própria Terra Indígena como possibilidade a ser melhor explorada, pois fortalece os laços socioculturais e econômicos entre famílias e aldeias sem o obstáculo do escoamento. Outra oportunidade a ser melhor explorada é a venda do açaí e/ ou a polpa para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁷ e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸.

7 O Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE é um programa do governo federal que tem por objetivo oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil. Tem como meta principal a melhoria das condições de aprendizagem, o ensino de práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais.

8 O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA tem por objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no PRONAF devem preferencialmente estar organizados através de grupos formais (cooperativas e associações).

“UASEI, O LIVRO DO AÇAÍ - SABERES DO POVO KARIPUNA”

“AÇAIZEIRO É UMA ÁRVORE ALTA E FINA; DÁ FRUTOS EM CACHOS, EM CAMADAS DE AÇAÍ. ELE DÁ FRUTOS NA ÉPOCA DO VERÃO E DO INVERNO: NO VERÃO, NOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO E, NO INVERNO, NOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO. OS HOMENS SOBEM NO PÉ DO AÇAIZEIRO PARA TIRAR O AÇAÍ, PARA DEPOIS SE FAZER O VINHO DE AÇAÍ; AS SEMENTES AS ARTESÃS USAM PARA FAZER SEUS ARTESANATOS, COMO COLARES, BRINCOS E PULSEIRAS. PARA SUBIR NO AÇAIZEIRO, OS HOMENS USAM UMA BRAÇADEIRA NO PÉ DO AÇAÍ E UMA VEZ RECOLHIDO O CACHO, SÃO AS MULHERES QUE AMASSAM O AÇAÍ E FAZEM O VINHO.”

Bruna Almeida

No bojo das ações de melhoria do manejo e comercialização do açaí priorizadas no PGTA da TIs do Oiapoque, foi realizada a publicação “Uasei, o livro do açaí - Saberes do povo” que reúne uma série de relatos sobre a importância do açaí para o povo Karipuna e a experiência de manejo de baixo impacto adaptado as regras locais em açais nativos conduzido pelos indígenas sob orientação da Embrapa- AP. A capacitação em manejo de açais faz parte da formação continuada de agentes ambientais indígenas. O livro será distribuído nas Terras Indígenas para ser usado especialmente nas escolas indígenas.

“Uasei, o livro do açaí - Saberes do povo” abrange conhecimentos sobre o açaí, seus usos, manejo, consumo, comercialização, restrições de uso e suas relações ecológicas em depoimentos de indígenas principalmente da Aldeia Açailal, responsável pela maior produção da Terra Indígena Uaçá. O manejo dos açais nativos em algumas regiões da TI Uaçá é apresentado num segundo momento, como parte do projeto Açaí, Banana e Citrus- ABC da Fruticultura Familiar das Comunidades Indígenas de Oiapoque apoiado pela Embrapa – AP. Inclui os métodos para melhorar a produção dos açais nativos mantendo a diversidade biológica associada e os desafios da estruturação da prática de manejo e a consolidação da cadeia produtiva do açaí.

O livro finaliza com entrevistas de pessoas engajadas ativamente com a experiência e trazem sua visão de futuro a respeito da prática, o que esta representa para desenvolver esse potencial das comunidades e como envolver as futuras gerações em práticas que gerem renda e ao mesmo tempo conservem e protejam o meio ambiente.

A publicação do livro do açaí foi um esforço conjunto da Carta de Acordo GATI-TNC, Iepé, CCPIO, Embrapa/Amapá, Embaixada da Noruega e Rainforest Foundation Noruega.

Uasei, o livro do açai

saberes do povo
Karipuna





Oficina “ANDAR NO TERRITÓRIO: INTERCÂMBIOS LOCAIS PARA CONHECER, VALORIZAR E PROTEGER O SEU LUGAR”

“EU NEM SABIA DESTE TERRITÓRIO IMENSO QUE ERA PERCORRIDO PELOS ANTIGOS! HOJE A GENTE VAI AOS RIOS E LAGOS PESCAR E NEM SE PREOCUPA EM SABER O PORQUÊ DO NOME, O QUE ACONTECEU LÁ, EU NEM SEI POR QUE O LAGO ARARAMÁ TEM ESTE NOME, O QUE SIGNIFICA. AGORA AQUI CONVERSANDO COM SEU EMILIANO IAPARRA (PALIKUR) DESCOBRI QUE É O NOME DE UMA COBRA QUE CUIDA DO LAGO.”
Cristovão Santos Martins, jovem cursando 7ª série (Karipuna)



Participantes da oficina de planejamento de intercâmbio "Andar no território: intercâmbio locais para conhecer, valorizar e proteger o seu lugar" (2015)



A oficina “*Andar no território: intercâmbios locais para conhecer, valorizar e proteger o seu lugar*” foi motivada pela constatação de que muitos jovens não conheciam muitas regiões das TIs durante as discussões do Etnozoneamento nas aldeias. O objetivo foi discutir uma proposta de intercâmbios a lugares e caminhos de significância sociocultural dentro das TIs do Oiapoque, como metodologia para motivar os jovens a conhecer os seus territórios e ainda apoiar os professores indígenas nas questões de gestão ambiental como tema transversal de ensino, tendo o território como sala de aula.

A oficina que ocorreu em junho de 2015 e reuniu 50 pessoas entre jovens, anciãos, professores das três Terras Indígenas. Revelou, por meio da metodologia da cartografia participativa, a redução progressiva da circulação das pessoas pelo território num espaço de tempo das três gerações presentes e suas consequências para os povos indígenas. A partir desta compreensão, foram definidos locais e temas culturais associados prioritários na visão dos anciãos para serem o foco dos intercâmbios futuros. Os intercâmbios focados em visitas a Lagos de importância cultural e econômica das Terras Indígenas do Oiapoque foram formalizados em projetos submetidos e provados no edital PPP ISPN- GATI, como veremos a seguir:

OFICINA DE FOTOGRAFIA

A idéia de “ensinar fotografia” para indígenas surgiu durante as oficinas de Etnozoneamento, quando os jovens, ao discutirem a diversidade de paisagens, fauna e flora presentes nas TIS, demonstraram interesse em registrar e, posteriormente, elaborar eles mesmos guias da biodiversidade local. A oficina foi resultado de uma ação conjunta entre o Projeto GATI com articulação da consultora Roselis Mazurek, o Iepé com apoio do Projeto Dinâmicas Populacionais locais e Políticas Públicas (Dipolopp IRD - UNIFAP). O facilitador da oficina foi o fotógrafo de vida silvestre, Haroldo Palo Júnior.

A oficina foi realizada na aldeia Santa Izabel na TI Uaçá, entre os dias 5 e 12 de março de 2015 quando foram apresentadas aos jovens indígenas as principais técnicas de fotografia, para fins de registro da biodiversidade e vida silvestre. Abordaram-se técnicas de enquadramento, efeitos fotográficos pela manipulação da abertura pelo diafragma e velocidade, efeitos de luz e contrastes. Vinte dois jovens das etnias Karipuna, Galibi Marworno e Palikur de 9 aldeias fotografaram diariamente temas de suas escolhas em saídas de campo e nas aldeias durante a oficina. Os temas incluíram fauna e flora silvestre, retratos, paisagens, o cotidiano das aldeias.



Jovens indígenas do Oiapoque aprendem técnicas de fotografia durante oficina com o fotógrafo Haroldo Palo Jr.. Na foto jovens nas margens do lafo Ararama



Jovens indígenas do Oiapoque aprendem técnicas de fotografia durante oficina com o fotógrafo Haroldo Palo Jr.. Na foto jovens saem a campo para fotografar a fauna e a flora



©Roselis Mazurek



MICROPROJETOS

Os Microprojetos são uma das modalidades de apoio do Projeto GATI que subsidiam iniciativas de gestão ambiental propostas por indivíduos e consentidas pela comunidade das aldeias nas Áreas de Referência. Nas Terras Indígenas do Oiapoque foram propostas as seguintes iniciativas dos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur nas temáticas:

- Monitoramento territorial de áreas críticas e vulneráveis a invasão;
- Manejo de fauna pela proteção de ninhos e filhotes de tracajá (*Podocnemis unifilis*) para repovoamento e educação ambiental;
- Criação de peixes em lagoas artificialmente criados pela construção da BR 156 para complementar a dieta nas aldeias.

PPP GATI

O Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas)⁹ (PPP GATI) é uma estratégia adicional de apoio a gestão Territorial e Ambiental Indígena adotadas pelo GATI e implementada por meio abertura de editais para propostas de Organizações Indígenas e Indigenistas. As organizações indígenas e indigenistas do Oiapoque elaboraram três propostas que dialogam entre si tendo como tema aglutinador o fomento ao interesse e a circulação de jovens pelo território acompanhados de conhecedores mais velhos e orientado por roteiros elaborados pelos professores indígenas junto aos jovens participantes.

O tema Lago, presente nas três propostas foram extraídos das listas prioritárias de locais a serem conhecidos e visitados pelos jovens e sugeridos pelos anciãos na oficina *“Andar no território: intercâmbios locais para conhecer, valorizar e proteger o seu lugar”*. A inserção do monitoramento de pirarucu (*Arapaima gigas*) nos Lagos a serem visitados vai servir para avaliar os efeitos que a regra de proteção temporal estabelecida pelos índios tem sobre as populações desta espécie importante na subsistência local.

O pirarucu é uma espécie economicamente importante na subsistência e comércio interno nas TIs e sua utilização possui regras e respeito ao defeso. Os estoques populacionais de pirarucu nos lagos serão quantificados para iniciar uma linha de base para avaliar a efetividade das ações de manejo locais de proteção já em curso, associadas à educação ambiental. A capacitação local em contagem de pirarucus foi conduzida por instrutores certificados da etnia Paumari e ribeirinhos das RDSs Piagaçu Purus e Mamirauá

Paisagens socioculturais: Proteção territorial e manejo de txuhi e tauahú nos Lagos na TI Juminã e região do Rio Curipi, na TI Uaçá.

Proponente: Associação Indígena Karipuna

A proposta visa fortalecer a proteção e os vínculos históricos com o território através da capacitação para o manejo do pirarucu associado a intercâmbios educativos nos Lagos Txi Juminã, Lençol e Araramã, nos limites da TIs Juminã, Galibi e Uaçá. Os lagos localizam-se ao longo de uma antiga rota comercial e da rede de relações entre os povoados de Ponta dos Índios, cidade do Oiapoque e Guiana Francesa, hoje bastante vulnerável à invasão. A rota estabelecida entre o Lago Lençol na TI Uaçá e a foz do Igarapé do Taparabu - no Rio Oiapoque faz parte de um dos temas dos intercâmbios internos das Terras Indígenas do Oiapoque, denominado Rotas Históricas.

⁹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõe as ARs do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

Paisagens socioculturais: reconhecendo o Lago Maruane através do manejo do pirarucu

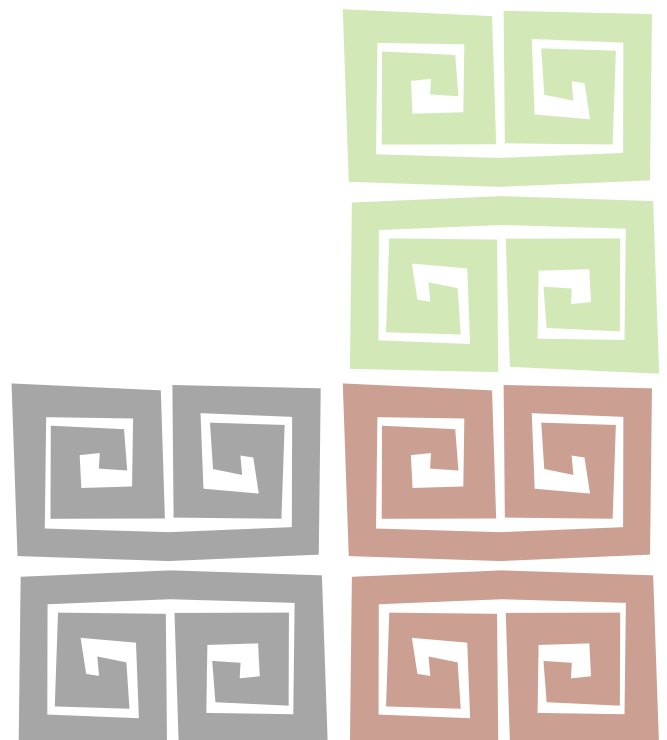
Proponente: Instituto de Educação e Pesquisa Indígena- Iepé

Executora: Organização indígena da Aldeia Kumarumã - OINAK

A proposta visa organizar intercâmbios temáticos internos entre jovens do ensino fundamental II a ensino médio voltado para o conhecimento da geografia física, histórica, sociocultural através de ações de gestão ambiental e territorial nas Terras Indígenas do Oiapoque. Os temas dos intercâmbios abrangeram antigas rotas utilizadas e locais simbólicos. A ideia foi construir os roteiros com professores indígenas e outros conhecedores locais. O Lago Maruane é o maior Lago das Terras Indígenas do Oiapoque, localizado na área de sobreposição com o PARNA Cabo Orange e frequentemente sujeito a invasões por pescadores externos. É um local estratégico para a integridade territorial e sua proteção é componente prioritário do Programa de Proteção das TIs do Oiapoque em articulação com o Parna Cabo Orange.



Intercâmbio de jovens indígenas ao lago Maruane, como parte das atividades do projeto apoiado pelo PPP GATI





RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NAS TIs DO OIAPOQUE

As ações de gestão territorial e ambiental apoiadas pelo Projeto GATI são, na realidade, formas de viabilizar a implementação de ações planejadas pelos povos indígenas no seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque. Para tanto faz-se necessário apoiar a continuidade das ações em curso e consolidar ações de gestão territorial indígena nas TIs do Oiapoque, por meio da:

- implementação do Programa de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque;
- continuidade ao processo de formação de AAIs do Oiapoque por meio da implementação do PPP elaborado em parceria com a TNC e IEPÉ;
- fortalecimento a CCPIO como coletivo de governança da gestão territorial e ambiental das TIs do Oiapoque;
- consolidação e implementação de infraestrutura necessária para viabilizar a cadeia produtiva do açaí nas TIs do Oiapoque;
- continuidade as articulações entre ações de gestão territorial e ambiental das TIs do Oiapoque e a educação escolar indígena;
- continuidade aos projetos voltados à conservação da vida silvestre e de animais ameaçados de extinção;
- implementação do Plano Integrado de Proteção das TIs do Oiapoque e do Parque Nacional Cabo Orange.







©Mário Vivela/Funai

Visita ao lago Maruane,
como atividades do
projeto apoiado pelo
PPP GATI (2016)



©Roselis Mazurek

Jovens analisam suas
fotos tiradas durante
oficina de fotografia com
Haroldo Palo Jr. (2015)



©Roselis Mazurek

Limites da TI
Uaçá (2009)

O indígena Cristoval
explica o mapa
de trajetórias dos
jovens no territórios
durante oficina de
intercâmbio, na
aldeia Manga (2015)



©Roselis Mazurek



©Mário Viveia/Funai

▲ Criança Karipuna (2009)

Turé dos Karipuna ▼



©Mário Viveia/Funai

TERRA INDÍGENA
TRINCHEIRA
BACAJÁ



INTRODUÇÃO

A Terra Indígena (TI) Trincheira Bacajá está localizada nos municípios de Anapú, São Felix do Xingu, Senador José Porfírio e Altamira, todos no estado do Pará. Está regularizada com 1.650.939 hectares e é habitada tradicionalmente pelos povos Xikrin, que se autodenominam “Mebengokrê” e “Mebengokrê-Xikrin. A população é de 746 pessoas, falantes da língua Mebengokrê, de tronco linguístico Macro-Jê.

O povo Xikrin se define como caçador. As caças preferidas são as antas, queixadas, veados, caititus, pacas e cotias. Também pescam, apesar desse recurso estar diminuindo cada vez mais em virtude do assoreamento dos rios, devido ao desmatamento das nascentes que se encontram fora da TI. Praticam a roça de coivara, onde cultivam milho, macaxeira, batata-doce, inhame, bananas e algodão. Também coletam diversos recursos da floresta, especialmente a castanha, que é comercializada na cidade de Altamira. Os Xikrin são exímios artesãos, fazem cestarias, adornos, bordunas, arco e flecha e outros tipos de artefatos; tanto para o uso cotidiano e ritual, como para a venda.

CONTEXTO

A TI Trincheira Bacajá está inserida no Bioma Amazônia, na bacia hidrográfica do rio Bacajá, um importante afluente da margem direita do Rio Xingu, que banha aproximadamente 25.380 km² da área. O Bacajá é o principal rio da TI, mas suas nascentes se encontram fora dos limites da Terra Indígena, portanto, desprotegidas e vulneráveis ao desmatamento que cresce na região.

A área é coberta por floresta densa e bem conservada, mas há desmatamentos no entorno da TI, avançando na parte oeste. À leste, o desmatamento é contido pelo conjunto de mosaicos de áreas protegidas que existe na região, incluindo outras Terras Indígenas que fazem limite com a TI Trincheira Bacajá.

Dentre as pressões ambientais existentes, está a exploração de madeira, atividades de mineração e ainda instalação de vários empreendimentos de infraestrutura, como as hidrelétricas. No caso da exploração de madeira, a atividade é ilegal e feita por não-índios, desde meados da década de 80. A região possui espécies nobres de madeira, como o cedro, mogno e castanheiras, que estão cada vez mais escassas, por conta desse comércio ilegal. Os órgãos competentes, como a Funai e Polícia Federal, têm realizado operações para coibir a prática, mas ainda não foi possível impedi-la totalmente.

Já as atividades de mineração, da mesma forma, são ilegais e existem há mais de 30 anos. Existem atualmente 147 processos de solicitação de alvará de mineração em fases de requerimento e autorização de pesquisa no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Por enquanto, porém, a mineração em Terras Indígenas ainda não foi regulamentada pelo Congresso Nacional.

Em relação à instalação das usinas hidrelétricas, a maior ameaça atual para TI é a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no rio Xingu. Por conta do desvio da água, haverá diminuição significativa da vazão na Volta Grande do Xingu, afetando os ecossistemas aquáticos desta área extremamente rica em biodiversidade. Por desaguar justamente na Volta



TI Trincheira Bacajá



Grande, o nível do rio Bacajá será afetado pela diminuição da vazão do Xingu. A TI Trancheira Bacajá sofrerá impactos ainda poucos dimensionados, principalmente em relação à redução nos recursos pesqueiros. Os Xikrin também encontrarão dificuldades na navegação, visto que a rota do Bacajá e o Xingu é uma das principais formas de acesso a cidade de Altamira. Os impactos diretos são vários, tanto na questão da segurança alimentar, pois o rio Bacajá é uma importante fonte de alimentos dos Xikrin, quanto em relação a mobilidade do povo.



Outra obra associada à Belo Monte é a expansão da rede de estradas previstas no Plano Nacional Viário. Está prevista a construção da BR-158, que vai cortar a TI, e a construção e asfaltamento de 977 quilômetros de estrada da Transamazônica, a BR 230, que vai cortar os municípios de Altamira, Marabá, Medicilândia e Rurópolis.

Como perspectiva para a implementação da gestão territorial indígena da TI Trincheira Bacajá, a TNC está desenvolvendo o Projeto IGATI – *Implementando a Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia Central*, com recursos do Fundo Amazônia/BNDES. Este projeto será executado até 2019, em seis TIs da Região da Amazônia Oriental do Projeto GATI (incluindo a TI Apyterewa, que não é parte das 32 áreas de referência).

©Robert Miller



Vista aérea da aldeia Bacajá (2008)

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

As aldeias Xikrin estão localizadas próximas a igarapés e rios. São circulares, com uma praça central e casas ao redor. Na parte central da aldeia se encontra a “ngà”, a casa dos homens ou Casa do Guerreiro. Este é um espaço tradicionalmente masculino, usado para discussões, tomada de decisões e rituais.

Embora os homens sejam responsáveis pela abertura das roças, com a derrubada das árvores, grande parte do conhecimento sobre as plantas cultivadas é domínio das mulheres. Elas também são responsáveis pela administração da vida doméstica nas casas. As pinturas corporais, muito característica desse povo, também é dedicação das mulheres.

A vida ritual dos Xikrin é intensa. Os rituais mais importantes são os da nomeação dos homens (Bep, Takak), das mulheres (Bekwe, Ire, Nhiok, Payn, Koko) e os de iniciação dos meninos. Esses rituais também podem ser inseridos em outras comemorações, como na festa do milho, na “festa bonita”, quando se celebra o período entre estações de seca e chuva; da pesca do timbó; festa de casamentos; de rituais funerários e de inserção de novos membros em uma sociedade cerimonial, como a dos Apieti, ou tatus. Os preparativos para esses rituais são feitos com bastante antecedência, e os homens saem em longas excursões para caçar e pescar. Enquanto isso, as mulheres ficam na aldeia para preparar a farinha de mandioca e colher frutas e tubérculos das roças para serem consumidos durante a festa.

Os Xikrin ocuparam o seu território mediante intenso movimento de migração, advindo de separações entre aldeias e com outros povos que viviam na região. Atualmente os Xikrin habitam 9 aldeias, sendo Bacajá a mais antiga delas. A partir da década de 1980 houve a primeira cisão do grupo que passou para outra região da TI e assim novas aldeias foram criadas motivadas não só pelas separações, mas também em virtude do acesso à fartura de recursos naturais, e mais recentemente, incentivadas pelos recursos oriundos da compensação ambiental do PBA da UHE de Belo Monte.

Em termos de associativismo, a TI Trincheira Bacajá possui duas associações de base comunitária: a Associação Beby Xikrin do Bacajá (Abex) e a Associação Instituto Bebytire Xikrin (IBKRIN).

AÇÕES DO PROJETO GATI NA TERRA INDÍGENA TRINCHEIRA BACAJÁ

A primeira fase do Projeto GATI começou no período de 2011, quando representantes Xikrin participaram de reuniões de apresentação do Projeto GATI. Na primeira reunião realizada foram esclarecidas questões sobre a operacionalização do Projeto e a escolha das Áreas de Referência. Entre 2012 a 2013 se iniciou a segunda fase do Projeto GATI. Essa fase contou com a consultoria de Alexandre Goulart. Em parceria com a Coordenação Regional (CR) Centro Leste do Pará da Funai e a TNC, esse consultor elaborou projetos que foram submetidos por meio da CR às coordenações gerais da Funai: CGGAM, CGEtno, CGMT, ao próprio GATI e ao edital da Carteira Indígena.

A terceira fase do GATI na TI Trancheira Bacajá se deu com assinatura da **Carta de Acordo do Projeto GATI**, por meio da Funai e Pnud, com a TNC¹⁰ que teve como objetivo principal o fortalecimento do processo de elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI, iniciado pelo Etnomapeamento.

INTERCÂMBIOS

Os intercâmbios realizados pelo GATI no Núcleo Amazônia Oriental foram fundamentais para auxiliar a implementação do Projeto na região. Durante a primeira reunião ordinária em 2012, os representantes indígenas do Conselho Regional solicitaram ao Projeto a realização dos intercâmbios. Enfatizaram a importância desse tipo de ação no estabelecimento de eixos estruturantes da agenda do GATI para o Núcleo.

Durante os intercâmbios, os indígenas trocaram experiências e conhecimentos com outros povos, seja em contextos parecidos e com dilemas semelhantes, ou em realidades muito diferentes, frente aos diversos tipos de pressões e ameaças. Assim, os intercâmbios permitiram que os povos participantes pudessem conhecer várias experiências e buscar inspirações para iniciar os seus próprios processos.

¹⁰ Carta de Acordo nº 30264/2014, entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Pnud, a Fundação Nacional do Índio-Funai e The Nature Conservancy Brasil-TNC

Os dois primeiros intercâmbios envolvendo a TI Trincheira Bacajá foram organizados pelo Projeto GATI, TNC, Iepé e Funai, antes da assinatura da Carta de Acordo. O **primeiro**, realizado entre os dias 2 a 6 de dezembro de 2012, levou os Xikrin: Bebere, Katedjyre, Be Ngrate, Britere, Bep Pumynhti e Bereberê Tekakmeiti, além de representantes Wajãpi, para a TI Uaçá no Oiapoque (AP). O objetivo principal foi apresentar aos visitantes como estava sendo elaborado o “Programa de Gestão dos Povos Indígenas do Oiapoque”, baseado no *Plano de Vida* elaborado em 2009 e no Plano de Gestão Territorial e Ambiental elaborado em 2011. O intercâmbio também permitiu aos visitantes conhecer como funcionam as organizações indígenas do Oiapoque.

Já o **segundo intercâmbio** foi realizado em março de 2013, e levou as lideranças indígenas do Oiapoque e Wajãpi para as aldeias da TI Trincheira Bacajá, no período de 10 a 19 de março. Neste evento, dois representantes Wajãpi e três representantes indígenas do Oiapoque (Estela Karipuna, Cacique Creuza Karipuna e Paulo Galibi Marworno – Coordenador Geral do Conselho dos Caciques do Oiapoque) acompanhados pelo consultor regional do GATI (Alexandre Goulart), Eduardo Barnes da TNC, Renildo Carneiro/CGMT/DPS/FUNAI, Estella Libardi (Coordenadora Regional da CR Centro Leste do Pará) e Jaime Cardoso (convidado do GATI) trocaram informações e experiências com os Xikrin sobre o Projeto GATI, histórico de ocupação e demarcação territorial (Oiapoque, Wajãpi e Xikrin). Discutiram ainda sobre ferramentas e subsídios para apoio das estratégias de proteção territorial, sobre o que é a PNGATI e os atuais desafios para a gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Trincheira Bacajá.

A ação culminou com a construção do **PLANO DE AÇÃO GATI – TI TRINCHEIRA BACAJÁ** de 2013. As atividades do intercâmbio ocorreram na aldeia Bacajá, Pot-Krô, Kranh e Pytakô. O ponto forte do intercâmbio foi a sensibilização das lideranças da maioria das aldeias para uma agenda de implementação do etnomapeamento/etnozoneamento visando a construção do processo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

O **terceiro intercâmbio** levou novamente representantes do povo Xikrin para o Amapá, porém desta vez para a Terra Indígena Wajãpi. A viagem aconteceu nos dias 18 a 25 de março de 2015 e contou com a participação dos indígenas Xikrin: Mokrá Xikrin, Barai Xikrin, Kwynhdjy Xikrin, Pokre Xikrin, Bepky-i Xikrin, Bepnat Xikrin, Bebere Bemorai Xikrin, Bekre Xikrin e Tepore Xikrin; dos técnicos da Funai: Allyne Mayumi Rodolfo e Nathali Germano (SEGAT/CR Centro Leste do Pará) e Militino da CTL Pedra Branca do Amapari; Hécio Souza e dois cinegrafistas todos da TNC; Lúcia Szmerecsányi Bruno Caporrino (do Iepé) e Rosélis Mazurek (consultora do Projeto GATI para a TI Wajãpi e TIs do Oiapoque).

Durante o intercâmbio, os Xikrin visitaram duas aldeias Wajãpi e conheceram um pouco da cultura e vida cotidiana desses parentes do Amapá. Mas o ponto alto da viagem foi conhecer como os Wajãpi elaboraram, ao longo de vários anos, o seu Plano de Gestão Socioambiental. E ainda, como que eles, a partir deste plano, vem gerindo o seu território. Os Xikrin demonstraram muito interesse em conhecer o Plano de Gestão Wajãpi porque naquele mesmo ano começariam a elaborar o Plano de Gestão da TI Trincheira Bacajá e precisavam entender melhor como colocá-lo em prática.

Os Wajãpi também apresentaram suas organizações indígenas: a Apina (Conselho das Aldeias Wajãpi) e Awatac (Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura) e informaram que os processos de decisão são discutidos em grande assembleia com participação de todas as lideranças da TI.

Os Xikrin também conheceram o Centro de Formação e Documentação Wajãpi, como funciona o sistema escolar indígena e ainda o Protocolo Wajãpi (*Agyvo tã age'é jaiko japosiko karai roviã gwerã kô revê ky'y* – *É desse jeito que nós, governo e Wajãpi, vamos trabalhar agora*) elaborado em maio de 2014. Foi o primeiro povo indígena a elaborar um protocolo de consulta próprio, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual estabelece o dever do Estado brasileiro de consultar previamente os povos indígenas antes de tomar decisões administrativas e legislativas possam afetar seus modos de vida.



Participantes do intercâmbio Xikrin para a TI Wajãpi (2015)



Visitantes Xikrin conhecem a TI Wajãpi durante intercâmbio (2015)



Os Wajãpi relatam como fazem a gestão ambiental e territorial aos visitantes Xikrin, durante intercâmbio (2015)

DIAGNÓSTICO E ETNOMAPEAMENTO PARTICIPATIVO DAS TERRAS INDÍGENAS TRINCHEIRA BACAJÁ E APYTEREWA

A Carta de Acordo do Projeto GATI, por meio da Funai e Pnud, com a TNC, teve entre seus objetivos realizar um diagnóstico e etnomapeamento das TIs Trincheira Bacajá e Apyterewa e formar pesquisadores indígenas em etnomapeamento. A Wayuri - Assessoria e Consultoria Socioambiental foi a empresa contratada pela TNC para planejar e executar as atividades.

As etapas do etnomapeamento se deram da seguinte maneira:

- **Sensibilização e Mobilização:** De dezembro a março de 2014, aconteceu um período de preparação das atividades do etnomapeamento, na qual a equipe da Wayuri, TNC e Funai visitaram todas as aldeias Xikrin para levar informações e esclarecimentos e obter o consentimento sobre a iniciativa. Houve momentos em que as lideranças desconfiaram e questionaram a elaboração de mapas ao redor dos territórios Xikrin, mas este quadro mudou quando ouviram de representantes indígenas do Oiapoque (Amapá) explicações sobre como essa ferramenta os ajudou a criar um plano de gestão para suas terras.
- **1ª etapa:** Essa etapa se caracterizou pela formação dos indígenas em etnomapeamento e treinamento prático de GPS. No total, foram formados 25 Mapeadores Indígenas Xikrin. Essa etapa também incluiu idas a campo para coleta de dados e trabalho nas aldeias. Esse período foi de abril a julho de 2014. A formação teve foco nos instrumentos de análise territorial e ambiental, tais como: desenhos de mapas vivenciais; sistemas de orientação (pontos cardeais, movimento aparente do sol, coordenadas, localização e GPS); noção de escalas diversas; leitura cartográfica (legenda e planos de informação); bem como o uso de depoimentos, narrativas, censos, caminhadas, e mapas históricos, entre outros.
- **2ª etapa:** Nesse momento, aconteceu a segunda etapa de formação dos agentes, algumas atividades complementares e a validação dos etnomapas. Dessa vez a atividade contou com o apoio da consultora Marina Villarinho contratada pela TNC para apoiar o trabalho da Wayuri. A validação ocorreu durante a assembleia geral das lideranças e caciques da TI Trincheira Bacajá em dezembro de 2014. Como resultado final foram elaborados mapas temáticos tais como: pesca, caça, cultivo e coleta, histórico de ocupação tradicional e ameaças, bem como um mapa em escala aproximada com as áreas de uso de cada uma das nove aldeias da TI Trincheira Bacajá. Os mapas e um curta metragem que registra o processo foram entregues pela consultora em todas as aldeias no começo de 2015. Em seguida foi realizada uma atividade de sensibilização para a elaboração do PGTA da Terra Indígena Trincheira Bacajá.

Em julho de 2015 iniciou-se a etapa de elaboração participativa do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Xikrin, que foi denominado “Aben Kabem Mariméi”. Essa etapa reuniu as lideranças Xikrin com o objetivo de colocar no papel as decisões dos indígenas sobre a gestão de seu território. Diferentes espaços de discussão foram utilizados para discussão do PGTA, como por exemplo, a Assembleia Geral realizada em julho de 2015, na Aldeia Pot-kro. Entre 25 de setembro a 12 de outubro de 2015 foram realizadas reuniões com homens e mulheres indígenas nas nove Aldeias da TI Trincheira Bacajá para devolver os resultados da Assembleia e dar continuidade ao processo de consulta. Por fim, entre 11 e 13 de novembro de 2015 foi realizada uma segunda Assembleia Geral na Aldeia Mrotidjan para compartilhar os resultados de discussão nas Aldeias e concluir o Plano Xikrin.

“O MAIS IMPORTANTE É CUIDAR DA NOSSA TERRA. E COMO A GENTE VAI CUIDAR DESSA TERRA? COMO A GENTE VAI TRABALHAR? ESSE PROJETO VEM TRAZENDO APRENDIZADO JUNTO COM A FUNAI E A TNC. VOU CONTINUAR APRENDENDO. NINGUÉM SABE TUDO. TODO DIA A GENTE APRENDE. HOJE A GENTE VAI APRENDER NESTA ASSEMBLEIA COM TRABALHAR O GATI E COM A TNC. ANTES FOI OUVIDA AS IDEIAS DE CADA LIDERANÇA E AGORA A GENTE VAI CONVERSAR.”

Bebere Xikrin



Participantes das atividades de etnomapeamento na TI Trincheira Bacajá (2014)

Mulheres Xikrin marcaram presença nas atividades de etnomapeamento da TI Trincheira Bacajá (2014)





Atividades de etnomapeamento na
TI Trancheira Bacajá (2014)

Processo de etnomapeamento na TI
Trancheira Bacajá (2014)





Etnomapa da aldeia Bacajá, elaborado durante processo de etnomapeamento da TI Trincheira Bacajá (2014)

MICROPROJETOS

Os microprojetos desenvolvidos na TI Trincheira Bacajá foram:

- Microprojeto “Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá, aldeia Bacajá: valorizando saberes e práticas das mulheres em confecção de roupas”. A proponente do microprojeto foi a indígena Ngrenhgri Xikrin e ele foi realizado em 2015. A iniciativa apoiou um grupo de mulheres Xikrin na confecção de vestimentas. A ideia do microprojeto foi também permitir que elas aprendessem a confeccionar suas próprias roupas para futuramente vender os vestidos na cidade ou entre aldeias a fim de complementar a renda da família. Por meio do apoio financeiro do microprojeto, as Xikrin adquiriram máquinas de costuras e outros insumos necessários para confecção de roupas. Também realizaram uma pequena oficina de corte e costura com uma indígena experiente que repassou o conhecimento para as outras indígenas interessadas.

- Microprojeto “Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá, aldeia Kenkudjoi: valorizando saberes e práticas das mulheres na extração do rôn kangô, óleo de babaçu”. A proponente do projeto foi a indígena Panhti Xikrin e ele foi implementado em 2015. A iniciativa apoiou um grupo de mulheres da aldeia Kenkudjoi, liderados por Panhti, a organizar a extração do óleo de babaçu para uso pessoal e comercialização. O óleo de babaçu (rôn kangô) para os Xikrin é cosmético usado para passar no cabelo e no corpo. Além de alcançar os resultados esperados, o microprojeto foi uma oportunidade para as mulheres experimentarem o “mundo dos projetos” de forma prática, aprendendo a usar esse mecanismo para fortalecer suas formas de organização. Como efeito de longo prazo, o projeto foi um primeiro passo para que as mulheres Xikrin iniciassem atividades e processos que geram produtos (farinha, urucum, óleo de babaçu e vestidos) tanto para o consumo próprio quanto para a geração de renda.
- Microprojeto “Mulheres da Trincheira Bacajá, aldeia Poti-Krô: valorizando saberes e práticas tradicionais na roça (Pyrü) e na medicina tradicional”. A proponente foi Ngrenhakarati Xikrin e o projeto foi implementado em 2013. A iniciativa atende a uma demanda das mulheres Xikrin da aldeia Pot-Krô que aponta para a necessidade da retomada da produção de seus roçados tradicionais, como meio de garantir, através de seus conhecimentos próprios, a segurança alimentar da comunidade. Além disso, os produtos advindos dos plantios promovem maneiras específicas de circulação, divisão, distribuição e consumo dos alimentos, acionando redes de parentesco e relações de aliança e amizade.
- Microprojeto “Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá, aldeia Mrotidjam: valorizando saberes e práticas das mulheres em confecção de roupas”. A proponente foi Kokodij Xikrin, da aldeia Mrotidjam e o microprojeto foi implementado em 2015. A iniciativa beneficiou as indígenas da aldeia Mrotidjam, inspiradas na experiência do projeto das mulheres da aldeia Pot-kro, a se organizarem num projeto de corte e costura para confeccionarem seu próprio vestido, característica das mulheres Mebengokré-Xikrin. A intenção é primeiramente costurar para elas mesmas e, posteriormente, quando estiverem mais seguras da prática, vender os produtos na cidade e às mulheres das outras aldeias.
- Microprojeto “Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá, aldeia Pytako: valorizando saberes e práticas tradicionais na produção de farinha de mandioca”. A Proponente foi Ngrenhró Xikrin e o projeto foi implementado em 2015. A iniciativa beneficiou o interesse das mulheres Xikrin em trabalhar diretamente na atividade do plantio de mandioca, alimento fundamental na produção da farinha. É interesse das mulheres Xikrin ampliar a produção da mandioca como forma de garantir da segurança alimentar de suas famílias e, com a produção excedente, promover a geração de renda. Outro resultado do projeto é que a comunidade está se organizando para melhorar a casa de farinha.

A execução dos Pequenos Projetos GATI citados acima foi possível porque contou com apoio de logística e de pessoal de outro projeto que estava em execução simultaneamente. O projeto de Fortalecimento da organização social e política das Menire-Mulheres Xikrin da TI Trincheira Bacajá, executado pela FUNAI – CR Centro Leste do Pará com recursos provenientes do PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. A partir dessa parceria foi possível contemplar cada etapa do objetivo proposto que era o processo de aprendizagem sobre “o que é um projeto?”, “como elaborar um projeto?”, “como executar um projeto?” e “como prestar contas de um projeto?” feito de forma prática, a partir da execução dos micros projetos.

Com o recurso do projeto do PDRS foi viável transportar uma representante de cada aldeia à cidade para acompanhar – e assim vivenciar - a pesquisa e aquisição dos materiais previstos, o que foi acompanhado de perto pelas consultoras do projeto citado, Bruna Schrickte e Luciana Lima, segundo orientações da FUNAI.

Junto com a TNC, o Projeto GATI apoiou o planejamento das ações de estruturação e fortalecimento da cadeia da Castanha-do-Brasil na TI Trincheira Bacajá na safra 2015/2016. Este planejamento foi feito por meio da contratação do técnico Leonardo Halszuk de Moura, que trouxe sua experiência anterior de trabalho com castanha em Rondônia. Esse levantamento resultou na proposta de construção de 2 galpões (1 na aldeia Pot-Krô para atender a compra de castanha das aldeias Pykayakó, Kamoktiko, Kranh, Pot-krô, Kenkudjoy e Pytòko e 1 paiol na aldeia Mrotidjan para atender as aldeias Rap-Kô, Bacajá e Mrotidjan). O levantamento apontou ainda a necessidade de formação de paioleiros indígenas (2 paioleiros



Debates sobre a gestão ambiental e territorial na TI Trincheira Bacajá (2014)

Xikrin (por paiol) e nas Associações Indígenas Ikrin e Abex. No início de 2016, foi negociado junto ao Serviço Florestal Norte-americano, o apoio com capital de giro para a compra de 1.000 caixas de castanha (cada caixa equivale a 2 hectolitros) visando a valorização da castanha com a formação de estoque, para que o mesmo pudesse ser comercializado em época com preços mais favoráveis junto a Wickboldou e outros comerciantes que pagassem um preço justo para castanha Xikrin. Essa iniciativa de comercialização se insere no escopo do selo Origens Brasil (iniciativa do Imaflora e ISA para o Território Piloto do Xingu).

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TI TRINCHEIRA BACAJÁ

Como indicativos para desenvolver ações voltadas para gestão territorial indígena na Terra Indígena Trancheira Bacajá estão: a implementação da PGTA, o fortalecimento de iniciativa de segurança alimentar e geração de renda e a formação de quadros para lidarem com novas realidades, como por exemplo, o impacto de grandes obras de infraestrutura na região. Na TI Trancheira Bacajá, o projeto apoiado pelo Fundo Amazônia e sob responsabilidade da organização TNC, vem desenvolvendo ações com o objetivo de implementar o Plano de Gestão Territorial e Ambiental. As ações em desenvolvimento e que precisam de apoio para sua continuidade são as seguintes:

- Realização de expedições de vigilância e de monitoramento territorial e ambiental participativo Xikrin visando reforçar ações de proteção territorial;
- Implementação de ações estratégicas prioritárias como valorização da castanha do Pará e outros produtos florestais não madeireiro visando o manejo sustentável dos recursos naturais;
- Fortalecimento das organizações indígenas para a gestão - com apoio ao fortalecimento institucional das associações Xikrin e o arranjo de governança do PGTA Xikrin;
- Realização de intercâmbios com outros povos indígenas que vem implementando seus planos de gestão;
- Continuidade da formação dos mapeadores indígenas Xikrin em temáticas relativas a gestão territorial indígena;
- Fortalecimento das iniciativas realizadas pelas mulheres Xikrin de segurança alimentar e geração de renda (mandioca, artesanato e vestimentas Xikrin);
- Fortalecimento de quadros nas associações indígenas Xikrin para o enfrentamento dos desafios colocados a partir do avanço dos empreendimentos no entorno da TI Trancheira Bacajá.

TERRA INDÍGENA WAJÃPI



INTRODUÇÃO

A TI Wajãpi situa-se nas bacias dos rios Amapari e Jari, no estado do Amapá, entre os municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari. É uma TI homologada e regularizada, com cerca de 607.000 hectares e população de aproximadamente 1.200 pessoas, organizadas em cerca de 90 aldeias. Na Guiana Francesa, no alto rio Oiapoque, vivem mais 1.100 Wajãpi. Os Wajãpi são falantes de uma língua tupi-guarani e também do português.

A TI teve seus limites identificados no final dos anos 70 e foi homologada em 1996, tendo sofrido, ao longo de todo o processo, sucessivas tentativas de redução. Os trabalhos da demarcação física foram realizados ao longo de 1994 e 1995, com intensa atuação dos Wajãpi, numa experiência pioneira de demarcação participativa.

Para tanto, a Funai, por meio da cooperação técnica da Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), do governo alemão, estabeleceu um convênio com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), organização não governamental que já atuava naquela área. Posteriormente, ações de vigilância foram apoiadas pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL, a vertente indígena do Programa Piloto para a Proteção da Floresta Tropical Brasileira (PPG7), coordenado pela Funai.

Com a criação do Mosaico de Áreas Protegidas Norte do Pará/Amapá, por meio da Portaria nº 4 de 03/01/2013, do Ministério do Meio Ambiente, a TI Wajãpi faz parte hoje do maior mosaico brasileiro de áreas protegidas em ambiente de floresta tropical. O mosaico conta com mais de 12 milhões de hectares e é formado por três Terras Indígenas (TIs) e seis Unidades de Conservação (UCs). Foi também o primeiro mosaico brasileiro a formalmente incluir TIs, e seu conselho foi instalado em 6 de junho de 2013.

CONTEXTO

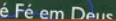
A área ocupada pelos Wajãpi é uma região de floresta tropical densa, com ocorrência de pequenos campos naturais nas margens do alto rio Jari. A região é extremamente acidentada com diversas serras, e ainda, zonas alagáveis e pantanosas.

Os Wajãpi vivem da agricultura, da caça, da pesca e da coleta, mudando periodicamente a localização de suas aldeias para permitir a recuperação ambiental das áreas ocupadas. O acesso às aldeias se dá pela BR 210, pelos rios e por trilhas abertas no meio da floresta. Há também uma pista de pouso, na aldeia Okakai, no extremo norte da TIW. As famílias adquirem diversas mercadorias industrializadas com a renda dos aposentados e dos agentes comunitários contratados pelo governo. Entre estes, há professores indígenas, agentes de saúde e agentes de saneamento.

As roças Wajãpi são amplas e as principais plantas cultivadas são: mandioca, milho, cará, batata doce, cana de açúcar, banana, abacaxi, feijão, mamão, caju, amendoim, abóbora, pimenta, cacau, pupunha, entre outras. A coleta da pupunha, de cacau e caju tem um lugar essencial na subsistência Wajãpi e se situa entre a agricultura e a coleta. Para os Wajãpi, as atividades de caça e pesca também estão ligados à coleta de produtos da floresta, pois quando saem para a floresta, aproveitam para coletar outros recursos, conforme sua disponibilidade.



TI Wajãpi



131





Festa do Pacu na TI Wajãpi (2009)



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

O Apina, Conselho das Aldeias Wajãpi, foi criado em 1994, para ajudar a lutar pela demarcação da Terra Indígena Wajãpi e é formado pelos chefes de todas as aldeias wajãpi. “Apina” não é uma sigla, mas o nome de antigos Wajãpi, muito valentes, que flechavam muito longe. Suas flechas eram muito bonitas e eles eram fortes. Por isso, os Wajãpi escolheram esse nome para seu conselho.

Os Wajãpi tem recebido importante apoio do *Programa Wajãpi*, que se iniciou em 1992, no âmbito do Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Foi no bojo do processo de demarcação física da TI que o Programa apoiou a formação do Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina, constituído pelos chefes de todas as aldeias da Terra Indígena. Uma organização dissidente foi criada pouco depois, a APIWATA (Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari). Mais recentemente, em 2010, foi criada a AWATAC (Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura).

Arte gráfica Wajãpi, "Kusiwa", que foi registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan (2009)



Atualmente, os Wajãpi têm uma importante parceria com o Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 2002, por profissionais de diversas áreas (antropólogos, biólogos e educadores) que já atuavam junto às comunidades indígenas no Amapá e do Norte do Pará.

Em 2001, os Wajãpi tiveram sua arte gráfica *Kusiwa* registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e em 2003 suas expressões gráficas e orais foram reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco como patrimônio imaterial da humanidade.

Como resultado da parceria entre o Apina e o Iepé, em 2009, foi concluída a construção de um Centro de Formação e Documentação Wajãpi, dentro da TIW. Este Centro foi construído com recursos da Petrobrás e é destinado a apoiar as atividades do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi, bem como para a realização de cursos, oficinas, reuniões, assembleias e o abrigo de toda a documentação produzida pelos e sobre os Wajãpi.

ANTECEDENTES DE AÇÕES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA WAJÃPI

As experiências e trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos vinte anos pelos Wajãpi tem indicado três estratégias principais para a gestão territorial e ambiental:

1. Dispersão das aldeias, favorecendo a qualidade de vida das famílias que circulam entre várias roças e aldeias, bem como facilitando a fiscalização permanente dos limites. Essa estratégia foi apoiada pelo PPTAL/Funai entre 2001 e 2002 e depois por um projeto do PDPI/MMA concluído em 2005. Depois dos projetos, os Wajãpi criaram vários fundos com contribuições próprias para viabilizar as expedições de vigilância; e também foi criado um fundo para fazer manutenção dos equipamentos usados na vigilância, detalhados a seguir:
2. Construção de um programa de atividades em parceria com a equipe do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque/ICMbio, para a vigilância conjunta da TI e do Parque. Essas ações se ampliaram recentemente através da aproximação com comunidades vizinhas, especialmente os castanheiros da RDS Iratapuru. A intensa participação dos Wajãpi no planejamento de uma gestão compartilhada do conjunto de áreas protegidas na região oeste do Amapá e norte do Pará foi fundamental para o sucesso do projeto desenvolvido pelo Iepé com apoio do FNMA/MMA. No momento, a colaboração entre os indígenas, comunidades vizinhas e a equipe do Parque – todos interessados em manter a floresta em pé – é decisiva para consolidar a proposta de criação de uma faixa

compartilhada no limite leste da TI. Com seus parceiros, o Apina propõe a criação de uma zona de proteção, que possa ser explorada de forma sustentável tanto pelos colonos como pelos Wajãpi.

3. Consolidação das práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvidas tradicionalmente pelos Wajãpi, por meio de um processo de reflexão coletiva sobre o valor dessas práticas e sua importância para o bem estar da atual e das futuras gerações. Nesse contexto, foi realizado um levantamento detalhado das matérias primas utilizadas para a confecção de artefatos e de artesanato comercial, para avaliar sua disponibilidade em todas as regiões da TI. Também foi feito um minucioso levantamento de caça. Esses levantamentos, complementados por outras atividades de sistematização da atual situação da TI, embasam agora o processo de discussão de um plano de gestão territorial.

As informações a respeito da gestão ambiental e territorial da TI Wajãpi foram consolidadas no livro “*Mosikoa’y rã ko: Plano de Ação Wajãpi*”, publicado em 2012 pelo Iepé, com apoio da Rainforest Foundation e Embaixada da Noruega. O Plano de Ação considera que terra e ambiente, junto com saúde, cultura, educação e fortalecimento político, são assuntos que devem acompanhar para sempre os Wajãpi.

“TEMOS QUE SEMPRE FAZER GESTÃO DA NOSSA TERRA DE UMA FORMA SUSTENTÁVEL PARA NÃO ACABAR COM OS NOSSOS RECURSOS. É MANTER SEMPRE A FLORESTA EM PÉ E FORTALECER OS NOSSOS POVOS. TEMOS QUE NOS FORTALECER CONHECENDO O MUNDO DO NÃO-ÍNDIO, PRATICANDO OS NOSSOS CONHECIMENTOS. ISSO É IMPORTANTE PARA NÓS, POVOS INDÍGENAS.”

Roseno Wajãpi

©Mário Vival/Funai



Recentemente essas discussões foram organizadas no Plano de Gestão Socioambiental da Terra Indígena Wajãpi (PGSATIW) que sistematiza mais de vinte anos de discussão em torno da gestão da Terra Indígena. O plano traz uma reflexão sobre os problemas que os Wajãpi enfrentam no seu cotidiano, e nas estratégias para solucioná-los. Nos últimos cinco anos, foram feitos trabalhos específicos para tal (com apoio de muitos projetos, mas principalmente do PDPI/MMA), com o objetivo de diagnosticar os problemas socioambientais, refletir sobre suas causas e debatê-los. Também para discutir e sistematizar os acordos sobre como os Wajãpi vão se organizar para continuar fortalecendo seus conhecimentos e práticas e seguir vivendo bem em seu território. O eixo norteador do Plano de Gestão é a mobilidade Wajãpi e a dispersão pela Terra Indígena. O Plano também pretende dar diretrizes ao trabalho dos órgãos governamentais, que devem respeitar os modos de viver dos Wajãpi e promover políticas públicas que fortaleçam a autonomia desse povo.

Os debates para a consolidação do Plano foram feitos por meio de reuniões e atividades nas aldeias, estágios e oficinas com os pesquisadores e foi aprovado em duas assembleias específicas. O Plano foi organizado em quatro temas: roças, caças, peixes e palhas (materiais para casas e artefatos). Mas, os porquês dos problemas ambientais são sociais e políticos, por isso, foram organizados outros três temas: participação de todos na gestão socioambiental da TIW; mobilidade das famílias entre diferentes aldeias da TIW; nossos jeitos de orientar os jovens para o futuro.

Um dos acordos que se pretende fortalecer são os fundos de vigilância e de ocupação que têm como principais objetivos fortalecer a dispersão pela TIW, fazer vigilância indígena e diminuir a desigualdade entre as pessoas, oriunda do assalariamento. Esses fundos funcionam a partir da contribuição dos assalariados para compra de equipamentos para a limpeza das picadas da Terra Indígena. Os fundos são organizados por regiões, seguindo as lógicas familiares Wajãpi. Cada um dos fundos tem um coordenador que organiza as contribuições, faz as compras e presta contas. Cada uma das regiões decide quais são as regras para a contribuição.



◀ Roseno Wajãpi (2009)



©Mário Viveira/Funai

As ações de vigilância e expedição aos limites do território, também são debatidas no Plano de Gestão Socioambiental da TI Wajãpi (2009)

Trabalhando em consonância com o Plano e inserida em uma grande mobilização comunitária para implementação do PGSATIW, está a formação dos Agentes Socioambientais Wajãpi. O curso está organizado em duas modalidades: presencial e de dispersão e está fundamentado em uma abordagem comparativa entre diferentes sistemas de conhecimentos e dos diálogos entre formadores, agentes socioambientais Wajãpi, as organizações Wajãpi e as comunidades. As etapas de dispersão são voltadas para o trabalho dos alunos em suas comunidades, por meio de estágios supervisionados, pesquisas nas aldeias, diagnósticos socioambientais, intervenções práticas, expedições pelos territórios, intercâmbios, entre outros.

Os temas norteados do programa de formação são: (i) protagonismo indígena para colaborar na construção de uma gestão socioambiental da Terra Indígena; (ii) fortalecimento dos conhecimentos e práticas Wajãpi relacionados a gestão socioambiental da TIW; (iii) a gestão socioambiental da TIW, por meio da articulação entre atividades de subsistência, a conservação e a utilização sustentável de recursos; (iv) monitoramento e vigilância da Terra Indígena e seus limites; (v) (re)conhecimento de diversas formas de organização política, em níveis locais, nacionais e internacionais; (vi) relação entre a gestão territorial, qualidade de vida e projetos de futuro dos Wajãpi; (vii) a implementação em nível local e regional da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

Os cursos presenciais são organizados em módulos dedicados ao ensino de oito disciplinas em diferentes áreas de conhecimento. São elas: sistemas de conhecimentos; produção e sustentabilidade; práticas de manejo sustentável: conceitos e políticas socioambientais; gestão e instrumentos de monitoramento territorial; a gestão socioambiental da Terra Indígena Wajãpi; modelos de desenvolvimento e as Terras Indígenas; práticas e conhecimentos sobre agricultura e alimentação.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GATI NA TERRA INDÍGENA WAJÃPI

Em 2012 houve a primeira reunião do Conselho Regional do Núcleo Amazônia Oriental do Projeto GATI, na cidade de Macapá/AP, cujo objetivo foi construir Planos de Trabalho por Terra Indígena, numa estratégia articulada entre FUNAI e MMA. No caso da TI Wajãpi, várias iniciativas que já estavam em andamento foram discutidas, a exemplo do apoio à criação da “Faixa da Amizade” e a consolidação do Plano de Gestão Socioambiental da Terra Indígena Wajãpi.

Discussão de mapas
de etnozeamento



Discussão de mapas
de etnozeamento



CARTA DE ACORDO GATI E TNC

Entre 2013 e 2015 várias ações ocorreram na TI Wajãpi, a partir do estabelecimento de uma Carta de Acordo entre o Projeto GATI e a TNC, por meio do PNUD e FUNAI. Dentre as ações estão:

- Consolidação do PGTA da TI Wajãpi;
- Curso Básico de Formação em PNGATI para técnicos e gestores públicos estaduais e federais que trabalham com a temática indígena e socioambiental no Amapá;
- Consolidação de informações sobre a recuperação de áreas degradadas no entorno da TI Wajãpi.

Embora inicialmente fosse pensado a elaboração de uma publicação sobre este assunto, foi decidido que por se tratar de uma iniciativa em pleno andamento, não era ainda o momento de fazer tal publicação. No entanto, as informações levantadas e consolidadas em forma de relatório serviram para instruir processos junto ao Ministério Público.

PROJETOS E MICROPROJETOS

Em 2014 foi aprovado projeto via edital da Carteira Indígena/MMA na **Chamada GATI: “Proposta de adensamento Florestal numa área de pressão da TI Wajãpi”**, com o objetivo de trabalhar na área que faz limite com o assentamento Perimetral Norte II. O projeto buscou trabalhar a partir de práticas e conhecimentos tradicionais Wajãpi, por meio de implantação de viveiros, seleção de sementes e produção de mudas nativas da região.

Dois microprojetos foram apoiados pelo GATI na TI Wajãpi. O microprojeto **“Projeto Piloto de reflorestamento em uma pequena área degradada da Terra Indígena Wajãpi na Aldeia Aramirã”** teve como proponente Jawaruwa Wajãpi, da aldeia Aramirã. O microprojeto **“Projeto piloto de piscicultura de criação de acará nativa da Terra Indígena Wajãpi na aldeia Karapijuty e Waseity”** teve como proponente Aikyry Wajãpi.

Conforme decisão da comunidade da aldeia Waseity, o projeto cercou com madeira um trecho do igarapé para criação de acará, peixe muito apreciado na alimentação. Os trabalhadores Wajãpi que participaram do microprojeto foram: Tupanakaxa Wajãpi, Piripi Wajãpi, Bertrano Wajãpi, Airamá Wajãpi, Jakumana Wajãpi e Aikyry Wajãpi.

Em março de 2015, os Wajãpi receberam a visita de nove indígenas Xikrin da TI Trincheira Bacajá, com o objetivo de trocar experiências sobre gestão territorial e ambiental. Os Xikrin visitaram duas aldeias e conheceram um pouco da cultura e da vida cotidiana Wajãpi. Entretanto, o ponto alto da visita foi a apresentação do Plano de Gestão Socioambiental dos Wajãpi e sua implementação. De acordo com os Wajãpi o Plano não anda sozinho e necessita daqueles que estão tomando a frente no processo para colocá-lo em prática.

Entre 2015 e 2016 dois projetos foram apoiados pelo edital PPP GATI¹¹. O projeto “Pesquisando e divulgando conhecimentos dos Wajãpi sobre frutas” teve como objetivo a produção de um livro com os resultados das pesquisas dos Agentes Socioambientais (ASA) sobre os conhecimentos dos Wajãpi em relação às frutas e seus cultivos. O proponente foi a Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura - Awatac. Foram realizadas oficinas de planejamento das atividades de pesquisa e levantamento. Posteriormente foram realizadas a coleta de informações nas aldeias, com os conhecedores Wajãpi das frutas e depois a sistematização dessas informações também numa oficina.



¹¹ O edital de Pequenos Projetos Indígenas (PPP GATI) foi lançado em 07 de abril de 2015 e teve como objetivo apoiar propostas de ações de conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, nas 32 Terras Indígenas que compõem as Áreas de Referência do Projeto GATI. A iniciativa foi fruto da Carta Acordo entre o Projeto GATI por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI).

“NÓS JÁ VIEMOS TRABALHANDO HÁ MUITO TEMPO SEM DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE. ENTÃO TEMOS QUE FORTALECER NOSSO CONHECIMENTO; TEMOS QUE FAZER PESQUISA PARA DESCOBRIR COMO OS ANTEPASSADOS FAZIAM ESSE MANEJO, COMO ELES NÃO ACABAVAM COM OS RECURSOS.”

Rosenã Wajãpi

O projeto “**Trocar conhecimentos para plantar frutas e melhorar nossa alimentação**” também teve como proponente a Awatac. O objetivo foi enriquecer com frutíferas os quintais de algumas famílias Wajãpi e algumas famílias de agricultores do assentamento Perimetral Norte, vizinho a TI Wajãpi. As atividades incluíram a coleta de sementes de frutíferas na TI para trocar com os alunos da Escola Familiar Agrícola e entre os próprios Wajãpi. Além da troca de sementes, também foi realizada troca de conhecimentos sobre as frutas e seu manejo. Foram produzidas mudas de frutíferas que foram plantadas coletivamente nas roças e pátios das famílias participantes do projeto.

RUMOS DA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA TI WAJÃPI

Conforme o **Mosikoa’y rã ko – Plano de Ação Wajãpi e o Plano de Gestão Socioambiental da TIW** as ações prioritárias para implementar a gestão territorial indígena na Terra Indígena Wajãpi são:

- Fortalecimento dos conhecimentos e práticas Wajãpi, incentivando a dispersão territorial e garantindo a qualidade de vida dentro da TIW, com saúde e educação diferenciada e de qualidade em todas as aldeias da TIW;
- Articulação interna e externa para resolver os problemas e lutar pelos seus direitos. Este trabalho conta com o apoio do Núcleo Técnico, que é formado pelas organizações Wajãpi, parceiros e pelos agentes socioambientais Wajãpi que deverá se reunir periodicamente para monitorar, assessorar, aconselhar e avaliar a implementação do Plano, trabalhando junto com as comunidades;
- Dar continuidade as ações de gestão já em curso na TIW por meio da implementação do PGTA e do fortalecimento das parcerias locais, regionais e nacionais;
- Fortalecimento da gestão integrada entre a TIW e demais áreas protegidas no âmbito do Mosaico Norte do Pará-Amapá;
- Dar continuidade a formação dos agentes socioambientais Wajãpi.



O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.

O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60443-41-3



9 788560 443413



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

